



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**KARINA BORGES DÍAZ NERY DE SOUZA**

**TESTEMUNHAR O ESQUECIMENTO:**

**Fragmentos e transmissibilidade na memória de filhos de  
ex-presos, mortos e/ou desaparecidos políticos.**

**Salvador-BA**

**2008**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Karina Borges Diaz Nery de Souza**

**TESTEMUNHAR O ESQUECIMENTO:**

**Fragmentos e transmissibilidade na memória de filhos de  
ex-presos, mortos e/ou desaparecidos políticos.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Victoria Espinheira González

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, linha de pesquisa: Democracia e Estado

**Salvador-BA**

**2008**

**Termo de aprovação**

**Karina Borges Diaz Nery de Souza**

**TESTEMUNHAR O ESQUECIMENTO:**

**Fragmentos e transmissibilidade na memória de filhos de  
ex-presos, mortos e/ou desaparecidos políticos.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de  
mestre em Ciências Sociais

---

Profa. Dra. Maria Victoria Espiñeira (orientadora)  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Muniz Ferreira  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Milton Moura  
Universidade Federal da Bahia

Salvador, de de

A Pilar, minha avó, pela memória do passado.  
A Victoria, minha mãe, pela memória do presente.  
A Dandara, minha filha, pela memória do futuro.

## AGRADECIMENTOS

A Victoria Espinheira, minha orientadora, pela disponibilidade, gentileza e orientação.

Aos professores Muniz Ferreira e Milton Moura, pela compreensão e estímulo ao meu trabalho.

A Adriano Correia, pela revisão e transmissão de conhecimento sobre Hannah Arendt.

A Nady Moreira e Maria Olília Serra, pela revisão e disponibilidade.

À FAPESB, pela bolsa.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Universidade Federal da Bahia, pela passagem a São Paulo, para buscar as entrevistas.

A Marta Nehring, uma das diretoras do documentário *15 Filhos*, pelas entrevistas integrais.

A André Itaparica, pela acolhedora estadia em Salvador.

Aos meus companheiros de mestrado, pelos comentários importantes nas aulas de Pesquisa Orientada.

.

## RESUMO

A entrada na esfera pública brasileira de novos fatos e relatos sobre a violação dos direitos humanos cometidos na ditadura militar tem um significado para além da comprovação desses excessos e do julgamento dos responsáveis. A luta pelo resgate das memórias *subterrâneas* também diz respeito à possibilidade de dar sentido às experiências vividas por quem sofreu a violência de Estado. A discussão teórico-metodológica sobre relações entre memória, esquecimento e linguagem, parte das propostas metodológicas de Hannah Arendt, segundo a qual, somente as histórias narradas dão significado ao passado e possibilitam a compreensão necessária à reconciliação com o mundo e consigo mesmo. Entretanto, outros autores aportam importantes contribuições à discussão, como a idéia de fragmentos da memória em Walter Benjamin, a discussão da relação entre memória e história em Michael Pollak, o conceito de vida nua de Agamben, etc. Buscamos ver, nas falas de três filhos cujos pais sofreram o arbítrio estatal, o que os move e o que os dificulta na transmissibilidade de suas narrativas.

**Palavras-chave:** ditadura militar, narrativa, memória, história, esfera pública, Hannah Arendt, Michael Pollak, Giorgio Agamben.

## ABSTRACT

The insertion, in the Brazilian public realm, of new facts and narratives about the violation of human rights by the military dictatorship has a meaning beyond the attestation of these abuses and the judgment of the responsible for them. The struggle for retrieve the *subterranean* memories involves still the possibility of become significant the experiences of that people who suffers the violence of the State. The theoretical-methodological discussion about the relationship between memory, forgetfulness and language starts in the Hannah Arendt's methodological proposals, according to which only the reported stories bestow meaning to the past and turn out to be possible the essential understanding to the reconciliation with the world and with ourselves. However, many thinkers provide important contributes to this discussion, for example the Walter Benjamin's idea of fragments of memory, the Michael Pollak's discussion about memory and history, and the Giorgio Agamben's concept of bared life, and so on. In this dissertation, we aimed to identify in the discourse of the children whose parents suffered the aggression of the State the motivation to narrate their experiences and the difficulties to communicate them.

**Keywords:** Military dictatorship, Narrative, Memory, History, Public realm, Hannah Arendt, Michael Pollak, Giorgio Agamben

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>2. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, SILÊNCIO:</b> discussão teórico- metodológica .....	17
<b>3. FILHOS DA RESISTÊNCIA:</b> Qual resistência? .....	30
<b>4. TESTEMUNHAR O ESQUECIMENTO:</b> o lugar da fala – a narrativa... 47	
4.1. Janaína Teles.....	52
4.2. Ivan Seixas.....	63
4.3. Joca Gabrois.....	66
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	74
<b>6.REFERÊNCIAS</b> .....	79

## 1. INTRODUÇÃO

Inspirada em circunstâncias do momento, quando, em 17.10.2004, foram divulgadas fotos de um homem deprimido e nu, preso na sede do DOI-CODI, supostamente do jornalista Wladimir Herzog – o que remeteu ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) – a presente dissertação não perdeu por isso atualidade. Ao contrário, é instigante constatar como qualquer evento que venha tirar da letargia a memória coletiva cause, até hoje, tanto alvoroço e declarações apaixonadas que parecem colocar-se fora do contexto. E é exatamente isso que levanta a questão: o que há de excessivo (in-atual) nos acontecimentos dessa época que retornam sempre com força para serem esquecidos logo depois? Rudolfo Lago, editor de política do Correio Brasiliense, expressa com muita propriedade essa perplexidade em seu artigo de 29.11.2004: “Que dores, que sofrimentos, que absurdos, que ignomínias, guardam a grande caixa preta da história, que os militares brasileiros buscam esconder com tanto afincos? Por que tanto empenho em impedir a sociedade de saber o que de fato ocorreu nos 21 anos em que o país viveu sob o manto da ditadura militar?”

A polêmica, naquele momento, se centralizou em torno da existência ou não de documentos que pudessem comprovar a morte e as circunstâncias da mesma daqueles que passaram a ser considerados “desaparecidos políticos”. A reivindicação pela abertura dos arquivos em poder do Estado ou de particulares envolvidos nas ações da época, constituiu-se em uma luta com um significado muito maior que a comprovação dos excessos cometidos e da possibilidade de julgamento dos culpados, o que a Anistia tornou improvável, apesar da tortura ser um crime imprescritível, segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos, que o Brasil ratificou em 1992, conforme afirmação do jurista Fábio Konder Comparato (*apud* COIMBRA,2004,p.2).

As organizações da chamada “sociedade civil” colocam-se frontalmente contra o que elas consideram como uma “política do esquecimento”, construída como um ato de denegação de crimes de um Estado que espalhou o terror em toda a sociedade. A importância dos referidos acontecimentos está em que começou a ter repercussão o desmascaramento das tentativas de ocultação do passado,

desmentidas por documentos encontrados a partir de declarações, sigilosas ou não, de protagonistas militares sobre documentos queimados na Base Aérea de Salvador, de arquivos saqueados em um sítio, no Rio Grande do Sul, pertencente a Tarso Dutra, que, no período de 1967-1969, foi Ministro da Educação e Cultura, no auge do movimento estudantil e da guerrilha urbana (Zero Hora, 17.12.2004).

Anteriormente, em junho, já haviam sido descobertos, por acaso, documentos relativos a Virgílio Gomes da Silva que comandou o seqüestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. Essa descoberta é duplamente interessante para mostrar alguns dos mecanismos utilizados para produzir uma história oficial. Trata-se do primeiro considerado “desaparecido” desde o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), que deu início ao período mais repressivo da ditadura no Brasil. E é, também, o primeiro que teve sua morte sob tortura comprovada, por meio de uma foto dele morto e de um laudo da autópsia que descreve escoriações “intensas” por todo o corpo e afirma ter sido a morte causada por traumatismo craniano. Curiosamente, porém, especifica não se tratar de tortura.

Em contraposição a essa história, especialmente os movimentos *Tortura Nunca Mais (GTNM)* e a *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos*, cujos membros são, ou pessoas que sobreviveram às torturas dos porões dos órgãos de repressão, ou filhos de mortos e desaparecidos políticos, clamam pelo direito à memória, ao que consideram como a “verdadeira história”, por se colocar em oposição à versão oficial. Buscam atualmente, em suas organizações, mostrar o que significou o “esgarçamento e deterioração” dos valores éticos e lutam pelo resgate da dignidade e dos direitos da cidadania. Além disso, continuam assumindo como compromisso o resgate histórico do período da ditadura no Brasil (GTNM/RJ), que os atingiu diretamente, não se restringindo a seus casos particulares, mas buscando neles um alcance mais geral que diz respeito ao sentimento de dever para com a memória coletiva.

O direito à “verdadeira história” em oposição à “política do esquecimento” suscita, porém, questões teórico-metodológicas que serão objeto do capítulo *Memória, Esquecimento, Silêncio* desta dissertação. Nele serão discutidas as relações entre esquecimento, passado e memória política, levando em consideração a potencialidade de compreensão da dimensão política e ética das falas dos entrevistados de maneira a poder articular o passado com a ação presente. Tais

categorias trazem grandes dificuldades teóricas quando se trata de pensar a memória e a transmissibilidade de eventos históricos em uma época em que as grandes narrativas perderam sua legitimidade; em que a história não pode ser mais concebida como sucessão ininterrupta de acontecimentos e em que a memória não significa simplesmente lembrar e guardar as experiências do passado ou mesmo da tradição. Tais dificuldades teóricas são concomitantes às questões metodológicas que apresentam as diferentes maneiras de escrita da memória, tanto no momento de narrar como no de interpretar o narrado.

O projeto apresentado para a seleção do mestrado sofreu modificações, sobretudo no que diz respeito ao recorte empírico e aos procedimentos metodológicos, em função dos questionamentos formulados pela Banca Examinadora e, posteriormente, pelo professor das aulas de *Pesquisa Orientada*. Foi alterado também porque se percebeu a impossibilidade de entrevistar os filhos dos militantes nascidos na Bahia, como se verá a seguir. No início, minha idéia era buscar as narrativas de filhos de desaparecidos políticos da Bahia, além de analisar um vídeo com o título *Quinze Filhos*, que reúne o depoimento de filhos de militantes políticos que se opuseram ao regime militar, foram mortos ou desapareceram. Os relatos versam sobre a infância desses filhos, das lembranças esparsas e fragmentadas de episódios ligados à violência no momento da prisão dos pais, da impressão de desconhecimento por encontrarem os pais desfigurados por seções de tortura, do tempo de exílio, da vida na clandestinidade, da inútil espera pela volta do pai ou da mãe.

O caminho teórico era o aberto pelas análises de Hannah Arendt sobre o totalitarismo alemão e suas reflexões sobre o papel do historiador (ou seja, do espectador), seu conceito de história, o significado de julgar esses acontecimentos, a dificuldade privada e a necessidade pública de se narrar o terror, entre outras questões.

Busquei no *Tortura Nunca Mais* de Salvador informações sobre tais testemunhas ou herdeiros diretos desse período de violência estatal. Apresentou-se, então, meu primeiro obstáculo real: os nascidos na Bahia, que lutaram no Araguaia, morreram muito jovens, e não tiveram filhos, com exceção de um ou dois, cujos filhos não moram no estado. Passei então a centrar a parte empírica do projeto exclusivamente no vídeo. Daí surgiu a segunda grande objeção ao projeto, agora

nas aulas de *Pesquisa Orientada*: como analisar um vídeo cujo resultado já seria uma leitura desses relatos? A importância que atribuía à análise desse vídeo é que ele enfatiza os sentimentos, o que a imagem permite muito bem, a partir da idéia de que “[...] as emoções expostas por meio de relatos, se devidamente interrogadas, podem proporcionar um sentido para o inexplicável da repressão” (TELES, sd, p. 1). Foi observado que a produção de um vídeo, embora documental, não deixa de ser exatamente isso: *uma produção*: tem uma linguagem própria, conduz o registro das imagens, recorta, dirige a atenção do espectador. Para compreender sua maneira própria de narrativa seria necessário destacar os cortes, a montagem das particularidades, o destaque da emoção, etc.

Como afirma Claudine Haroche (2001, p. 344-5), citada por Edson Teles: “O ritmo, o tempo dos sentimentos, de manifestá-los e, talvez ainda mais, de sufocá-los, negá-los, calá-los e recalá-los são essenciais para a elucidação dos mecanismos políticos” (*apud* TELES, s/d, p. 3). O vídeo convida o espectador para a sua inserção tanto na história política do passado, como na história que está sendo construída. Nesta, ele tem um papel essencial já que ele é testemunha, não por ter visto mas por ser aquele que não desistiu de ouvir.

Não querendo abandonar os objetivos que me havia proposto, entrei em contato, então, com uma das produtoras do vídeo, Marta Nehring, cuja solidariedade foi bem acima de minhas expectativas, cedendo-me as entrevistas integrais. Restava saber como ir buscar as fitas em São Paulo, o que foi também resolvido pela imensa compreensão do Mestrado de Sociologia que me concedeu os recursos necessários.

As fontes utilizadas para esta dissertação constituem-se dessas entrevistas orais realizadas para o vídeo curta-metragem “Os 15 filhos” sob a direção de Maria de Oliveira Soares (presa juntamente com sua mãe, Eleanora Menicucci de Oliveira) e Marta Nehring (filha do desaparecido político Norberto Nehring), elas mesmas inseridas no vídeo. Os outros depoimentos são de Ernesto José de Carvalho, Janaína e Edson Luis de Almeida Teles (irmãos), Vladimir e Gregório, filhos de Virgílio Gomes da Silva, acima citado, Tessa Moura Lacerda, Telma e Denise Lucena, Ivan Seixas, Priscila Arantes, André Herzog e João Carlos de Almeida Gabrois (Joça), Chico Guariba, todos filhos de militantes políticos que lutaram contra a ditadura militar.

O objetivo desta dissertação será realizar uma investigação das articulações

tal como se apresentam nesses relatos, por considerar essa fala paradigmática da dificuldade de transmissibilidade dos fragmentos, dos restos, das ruínas dessas memórias. Edson Teles, em *Cine-bionarrativas: esquecimento e memória política*, denomina de “arqueologia fúnebre” a prática de “buscar reconstruir o ser a partir do osso”, ou seja, de compreender os eventos históricos por meio dos fragmentos narrados pelas testemunhas e sobreviventes.

A presente dissertação, todavia, buscará mostrar que essa luta diz respeito, sobretudo, à própria possibilidade de dar sentido às experiências vividas por essas pessoas a quem foi negada até a possibilidade de narrar sua própria experiência, e às de suas prováveis testemunhas: seus filhos e familiares mais próximos, que seriam os destinatários das narrativas dessas mesmas experiências, o que envolve uma dimensão ética e política diferente da levantada pelas questões acima.

As entrevistas, na medida em que foram direcionadas para a realização do vídeo, trazem a marca da finalidade a que se destinavam. As pessoas que aí participaram estavam conscientes de que o vídeo viria preencher, de certa forma, uma lacuna nas tentativas de reconstrução dessa história contada pelos que sofreram diretamente com o arbítrio da ditadura militar. Como diz Edson Teles (s/d, p. 2):

No Brasil se tem, de certa forma, pouco conhecimento dos crimes cometidos durante aquele período, porém menos ainda se ouviu sobre o que ocorreu com os filhos dos que lutaram contra o regime. Os bebês, as crianças, os adolescentes de então, hoje carregam dentro de si os traumas da violência política; e são eles que narram suas memórias neste vídeo.

Além da importância por sua originalidade, esse vídeo, por tratar da infância dos filhos e não daqueles que sofreram as torturas, abre para novas questões no que se refere às narrativas que trazem à história a constituição do vazio. Por isso, uma análise desse tipo deverá levar em conta que há nos depoimentos falados uma tensão entre a vontade de esquecer aquilo que causou dor e o desejo de lembrar por motivos políticos; que a memória é a da ausência e das estratégias de sobrevivência; que não se tratam de relatos monolíticos e coerentes e sim recordações às vezes antagônicas, devido à defasagem de tempo entre o ocorrido e o narrado; e que, por isso mesmo suas narrativas são compostas por sentimentos, fragmentos, sobras, tendendo ora para a mistificação dos pais, ora para a

presentificação de uma ausência irrecuperável, ainda mais quando se tratam de “desaparecidos” ou mortos sem túmulo em que nem o luto é possível.

Nas ciências sociais, aceita-se atualmente um novo modo de fazer pesquisa: a análise da narrativa mediante o depoimento direto do vivido (Halbwachs, 1968; Pollak, 1989). Trabalhar sobre a narrativa remete a uma discussão sobre passado, memória e linguagem. No caso dos “desaparecidos políticos”, como se articulam as relações entre o passado e o presente a partir do qual se fala? Qual a importância desta articulação para a ação política e para o futuro? Será possível tal articulação quando se tratam de situações-limite em que o que se vai reconstituir é o vazio, a ausência, inclusive de um corpo?

Para essa finalidade, consideramos, em uma primeira abordagem, que as concepções de Hannah Arendt eram as mais pertinentes para o que se pretende, pois esta consegue vislumbrar uma certa força de resistência diante do incompreensível dentro do parâmetro do pensamento tradicional. É claro que se precisou levar em consideração as aportações de Walter Benjamin e de outros autores com quem a filósofa discute, bem como outras contribuições que permitissem a análise de tais depoimentos, assim como um eventual redirecionamento apontados à teoria pelo andamento da pesquisa.

De imediato, uma possível objeção parece impor-se: Um pensamento nascido em um contexto europeu, que vivenciou tanto o nazismo quanto o estalinismo, permitirá uma aproximação com os países não-europeus que viveram regimes de exceção e cujas democracias continuam marcadas por essa herança? Na Argentina, o Projeto *O genocídio na Argentina. A participação da sociedade civil*, dirigido pela pesquisadora Inés de Izaguirre do Instituto Gino Germani da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, considera os processos de desaparecimentos forçados nos anos 70, naquele país, como uma forma de extermínio que teria seus antecedentes históricos na Alemanha nazi. O termo *genocídio*, usado no título do projeto, aparece, no âmbito judicial durante o processo de Nuremberg, em 1946, para designar o extermínio sistemático de judeus pelos nazistas alemães. Depois, procurou-se definir melhor o que se entende por isso.

O Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Novo Dicionário Aurélio) estabelece a seguinte significação para genocídio:

Crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhes grave lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem a evitar nascimentos no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças de um grupo para outro. (verb: *Genocídio*).

Tal definição está de acordo com a legislação internacional surgida após a 2ª Guerra Mundial, em 1948, na Convenção da ONU sobre Genocídio. María Maneiro (2004) em sua obra *Como el árbol talado. Memorias del Genocidio en la Plata, Berisso e Ensenada*, observa que é muito significativo que na citada Convenção, países como Estados Unidos, a antiga União Soviética e a Grã-Bretanha tenham vetado o termo “político” como móbil da destruição, ficando restringido o genocídio ao extermínio de um “grupo nacional, étnico ou religioso”. A pesquisadora, no entanto, mostra os pontos de convergência com os desaparecimentos forçados na Argentina que permitem a utilização daquele termo no contexto político e social que ela estuda, demarcando sua pesquisa em relação a outras que centralizam sua atenção na participação do Estado, trabalhando com a categoria de “terrorismo de Estado”. Sendo assim, compreende o genocídio como a modalidade mais brutal de superação do conflito social. Enfoca, sobretudo, sua atenção na força que produz e realiza o genocídio e nos efeitos disso na população em seu conjunto, já que o genocídio supõe o aniquilamento total do “inimigo” político, a expropriação da identidade e o amedrontamento de toda a sociedade.

As análises de Agamben, que fazem a conexão entre Foucault e Hannah Arendt, a respeito do totalitarismo nazista, parecem ser mais apropriadas para a compreensão do genocídio. No capítulo 3 da parte 3 de seu *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, ele descarta as explicações geralmente dadas sobre a passagem do *Euthanasie-Programm*, um programa teoricamente humanitário, em uma operação de extermínio em massa.

Não resta outra explicação além daquela segundo a qual, sob a aparência de um problema humanitário, no programa estivesse em questão o exercício, no horizonte da nova vocação biopolítica do estado nacional-socialista, do poder soberano de decidir sobre a vida nua (p. 148).

Para ele, portanto, o programa da eutanásia e o extermínio em massa decorreram do contexto biopolítico em que se situavam. A biopolítica moderna se caracteriza por colocar a vida como o valor político supremo e, ao mesmo tempo, nomeia soberano aquele que tem o poder de decidir sobre o valor e o desvalor da vida enquanto tal (*Ibidem*, p. 149). O nazismo retoma a expressão “vida sem valor” transformado no conceito jurídico de “vida indigna de ser vivida”, extraído das teorias de Karl Binding, como forma de legitimação da eutanásia. Esta era tida como impunível por analogia com o suicídio, em que a soberania do homem, enquanto vivente, sobre a própria existência encontrava-se num limiar de indiscernibilidade entre exterior e interior. Tal conceito ganha, na modernidade, um sentido político na medida em que o poder de decisão, a soberania, sobre a “vida nua”, a vida matável, deixa de concernir às expectativas e legítimos desejos do indivíduo sobre sua própria vida e passa a ter um sentido político.

*O totalitarismo do nosso século [século XX] tem o seu fundamento nesta identidade dinâmica de vida e política e, sem esta, permanece incompreensível. Se o nazismo nos surge agora como um enigma e se a sua afinidade com o stalinismo (sobre a qual Hannah Arendt insistiu tanto) permanece ainda inexplicada, isto ocorre porque deixamos de situar o fenômeno totalitário, em seu conjunto, no horizonte da biopolítica (*Ibidem*, p. 155, grifo do autor)*

Sem querer estabelecer uma homogeneidade entre situações que diferem no espaço e no tempo, não é possível deixar de perceber algumas analogias com o caso brasileiro, no período estudado, o que permite buscar nesses pensamentos ressonâncias que levam a uma dimensão que não se esgota nas individualidades pesquisadas.

Para Hannah Arendt, o aniquilamento do político e da liberdade nos regimes totalitários do século XX, na Europa, foi o ponto de partida para uma reflexão sobre o sentido do político e sobre as condições fundamentais de existência humana para que a “coisa política” possa brotar. No totalitarismo, ela vê a ruptura com a tradição. Mas sua proposta não é deixar de lado a tradição, mas decompô-la criticamente de modo a chegar às bases fenomênicas esquecidas de seus conceitos. Nesse sentido, para compreender o totalitarismo, Arendt critica a concepção política originada com o platonismo, tradição esta de desprezo pela política, e busca, nas experiências da *polis* grega, a dignidade da política. O político reside, para ela, na ação ligada à fala livre capaz de criação, ou seja, no ato de começar.

Encontra-se aí o ponto essencial que nos permitirá, no capítulo *Filhos da Resistência*, uma análise sobre os entraves à constituição como ser político, no sentido arendtiano, dos filhos de desaparecidos políticos no Brasil, diante de um Estado que mantém em seu bojo o estado de exceção, a decisão sobre o valor da vida (digna ou indigna de ser vivida), no contexto de uma "transição" para a democracia baseada numa política do esquecimento que é também uma política do silenciamento.

O capítulo *Testemunhar o Esquecimento*, diretamente vinculado ao anterior, coloca a questão da narrativa no contexto de publicização da memória subjetiva, a partir da constatação de que para as pessoas entrevistadas não é natural ter que contar a própria vida para um público anônimo. Somente um trabalho de construção subjetiva pode dar conta da disposição dessas pessoas a se expor dessa maneira. Qual a relação dessa memória com a memória coletiva? Que condições de existência possibilitaram as identificações sociais e os entraves para a constituição de uma identidade enquanto testemunhas e que compreensão de política essa ação supõe?

## **2.MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, SILÊNCIO:** discussão teórico-metodológica.

Uma discussão teórico-metodológica, relativamente ao uso de categorias vinculadas tradicionalmente a disciplinas científicas com as quais as Ciências Sociais tiveram que estabelecer fronteiras no momento de constituição do *status* de cientificidade, impõe-se. Em especial, a separação com a História, ao definir seu objeto como o que pode ser observável como um fato objetivo, no momento presente. A recente valorização de modelos interpretativos que propõem uma reflexão interdisciplinar permite uma ampliação dos temas de estudo e dos métodos e técnicas de pesquisa, como também uma revisão na forma de pensar a questão social e política. Como afirma Ângela de Castro Gomes (2004, p. 1) “[...] o alcance da revisão, que ainda está em curso, é grande e profundo, pois transforma o sentido de um conjunto de comportamentos individuais e coletivos, politizando uma série de ações e introduzindo novos atores como participantes da política”.

O título do presente capítulo, “Memória, Esquecimento, Silêncio”, é uma prova dessa tendência. Ele é uma citação do título de uma obra de um cientista social, pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* – CNRS da França, Michel Pollak (1989), que coloca em pauta as questões levantadas pela idéia do testemunhar não só como uma técnica de investigação, mas, sobretudo, como uma ação política. O testemunho é, sem dúvida, a ponte que permite à memória individual ganhar uma dimensão coletiva construindo um mundo comum partilhado. Mas, por outro lado, para ser comunicado, apropriado, ele supõe a existência de um contexto de compreensão que afasta muitas vezes a estranheza e o horror que constituem a singularidade dessas experiências. No presente caso, há um complicador a mais, já que entre os acontecimentos vividos pelos pais (o próprio seqüestro e a morte não admitida oficialmente) e a atualidade do momento vivenciado pelos(as) entrevistados(as) para o vídeo *15 Filhos*, há uma lacuna que deve ficar aberta: a ausência de uma geração (pai e/ou mãe) na transmissão da experiência (tortura e morte). O que existe é o vazio, como ausência. Que validade epistemológica têm os fragmentos, lembrados por esses filhos, na época crianças, de um passado que só depois ganhou significado e cuja lembrança está permeada de relatos vindos de outros familiares ou de vizinhos, etc? Nessa perspectiva se movem as análises que se preocupam em viabilizar uma ponte entre a fidelidade da

memória e a veracidade da história. Assim, ao trabalhar com testemunhos de experiências no limite do suportável, é necessária uma discussão sobre o papel da memória, do esquecimento e da linguagem.

Outra perspectiva é a de considerar que testemunhar nessas circunstâncias possui um significado ético-político, na medida em que se trata de ressignificar o passado tendo em vista o presente. “A partir do presente, da atualidade, é possível construir diferentes vias significativas de acesso ao passado, não como a verdade essencial e originária da história, mas como verdades que são produzidas pelo jogo claro/escuro da memória e do esquecimento”, nos diz Irene Cardoso (1993, p. 59) ao referir-se ao ano de 1968, no Brasil, como emblema de acesso ao passado em sua dimensão trágica. O destaque dado à noção de *alétheia*, do grego antigo, que indica *não-esquecimento, desvelamento*, implícita nesses jogos de claro/escuro, nos permite um distanciamento de uma concepção objetivista do passado e da verdade. A força das musas, filhas da memória, está em poder trazer, para o presente, o passado e o futuro através da nomeação. “A força presentificante da nomeação é que mantém a coisa nomeada no reino da memória — o não nomeado pertence ao reino do esquecimento, do não ser” (Idem, p. 60).

Com a atenção voltada para os jogos de claro/escuro, Irene Cardoso, ao retomar textos escritos na França por ocasião dos acontecimentos de Maio de 1968, “no calor da hora”, ressalta a emergência de duas palavras: a *brecha* e a *irrupção*. Os sentidos foram acoplados por Henri Lefebvre (apud CARDOSO, 1993, p. 60), sendo que a irrupção se liga à idéia de vazio, de lacuna, de brecha, de corte ou ferida, significando: a contestação que vem (*irrompe*) da brecha, da abertura. Esse sentido foi recalcado tanto pelos “sobreviventes do movimento”, como “pelos doutores que dissecaram o cadáver”, no dizer de E. Morin (apud CARDOSO, 1993, p. 60), referindo-se aos instrumentos conceituais da ciência social e política. “Na relação claro/escuro da memória e do esquecimento, esse sentido de 68, embora registrado simbolicamente e, portanto, parte da memória de 68, é obscurecido, num movimento de fechamento e, portanto, de esquecimento”. Assim temos, no lugar da contestação, recalque de toda uma necessidade, de uma libido, de um desejo. E isso porque a fenda, o vazio, a abertura passaram a significar “o dilaceramento de uma identidade imaginária da sociedade, da cultura, da política, da pessoa, representação intolerável para ser mantida pela memória” (Idem, p. 61).

O projeto de uma identidade nacional no momento em que se silenciavam, inclusive com a morte, as diferenças, coloca em relevo a importância de marcar os esquecimentos na história, assim como os modos de subjetivação que supõem. A presente dissertação deverá pensar a especificidade dos jogos de esquecimento/memória em relação aos filhos de desaparecidos políticos, privilegiando os aspectos ético-políticos envolvidos no ato de testemunhar a irrupção de uma fenda de dor e morte.

Metodologicamente, parto da proposta de Hannah Arendt (1993, p. 39-53), segundo a qual, na impossibilidade moderna de analisar fenômenos políticos a partir de um ponto arquimediano externo a eles, somente histórias narradas nos permitem resgatar os significados do passado para iluminar o presente. Tal decisão traz consequências quanto à maneira de conduzir o tema proposto, pois afasta a análise de uma busca pela veracidade dos fatos narrados e leva a uma procura das experiências significativas desses quinze “filhos da resistência”, na denominação de Rose Spina (1996;1997), subdiretora da revista *Teoria & Debate*. A busca de significados visa adequar nossas ações ao mundo em que vivemos. Trata-se, portanto, de experiência e de ação.

Experiência, no sentido arendtiano, nos remete à fenomenologia e à noção de compreensão, indicando a interdependência entre agente e mundo. Para se poder falar de experiência é necessário que haja um contexto que implique outros agentes, ou seja, a pluralidade. A compreensão é a capacidade dos homens de se religarem constantemente ao mundo no qual vivem como estranhos. Ao apropriar-se e nomear as coisas, inscrevendo um contexto para seus pensamentos e ações, os homens passam por uma adaptação à realidade, entendida como o que é comum a todos.

A compreensão, afirma Arendt (1993, p. 39), nos revela como fenômenos tais como o totalitarismo (ou, no nosso caso, a violência exercida pelos militares) podem ter ocorrido, de maneira a que possamos conviver com o que ocorreu. Ou seja, a reconciliação, que se dá somente no pensamento, é característica da compreensão. Isso não quer dizer, nos adverte Arendt, perdoar, pois no perdoar está a intenção de desfazer o que foi feito e ter êxito em instaurar um novo começo pela destruição do acontecido numa “[...] ação única que culmina em um ato único” (Ibidem). Ao contrário, na compreensão não se trata de produzir resultados finais.

Esta é sempre inconclusa, inacabada, por implicar um constante diálogo com os outros. “Se é verdade que o surgimento dos governos totalitários é o acontecimento central de nosso mundo, ao compreendermos o totalitarismo não estaremos perdoando coisa alguma, mas, antes, reconciliando-nos com um mundo em que tais coisas são definitivamente possíveis”. Nas palavras de Arendt:

La *comprensión* significa más bien, examinar y soportar concientemente la carga que los acontecimientos han colocado sobre nosotros - ni negar su existencia ni someterse mansamente a su peso como si todo lo que realmente ha sucedido no pudiera haber sucedido de otra manera. La comprensión, en suma, es un enfrentamiento imprevisto, atento y resistente, con la realidad, un soportamiento de ésta, sea lo que fuere (apud MUÑOZ, 2003, p. 29).

Na medida em que os governos totalitários “não foram importados da Lua”, tendo surgido de elementos cristalizados no mundo não-totalitário, a compreensão é “[...] nítida e talvez primordialmente também um processo de auto-compreensão” (Arendt, 1993, p. 41). Isto tem conseqüências para a ação política, pois “[...] enquanto simplesmente sabemos sem ainda compreender contra o que lutamos, sabemos e compreendemos menos ainda pelo que estamos lutando” (Ibidem). Portanto, compreensão significa, para Arendt, como nos lembra Muñoz (2003, p. 29), *autocompreensão* e também resistência. O processo de autocompreensão significa uma reconciliação consigo e com um mundo em que tais coisas são possíveis e, como já foi dito, não a partir do perdão, mas reconciliando o pensamento com a realidade, a partir da compreensão dos fenômenos políticos. Também não quer dizer com isso a superação do passado, mas somente saber o que aconteceu, suportar esse conhecimento e ver o que resulta desse conhecimento e desse suportar (Ibidem, p. 30). Para Arendt, a narrativa que melhor expressa essa reconciliação é a tragédia, na qual o herói ao experimentar novamente o que ocorreu pelo sofrimento, adquire conhecimento. É nesse sentido que a narração constitui uma forma de redenção da memória.

Contudo, face aos dois acontecimentos a partir dos quais Arendt (1993, p. 44-48) coloca a necessidade de se repensar a modernidade: o advento do totalitarismo e a ruptura da tradição, ela se questiona sobre a possibilidade de compreender. “Se é verdade [...] que estamos diante de algo que destruiu nossas categorias de pensamento e os padrões de nosso juízo, não será um caso perdido a

tarefa de compreender?”. Tanto a compreensão preliminar “[...] que logo situa o novo em meio ao antigo”, quanto o enfoque científico “[...] que deduz metodicamente o que não tem precedentes de precedentes, mesmo quando tal descrição do novo fenômeno esteja verificavelmente em desacordo com a realidade não dão conta da compreensão do totalitarismo”. Mas não é só o totalitarismo que causa perplexidade. O que ela chama de “paradoxo da modernidade” é que nossa busca de significado é “ao mesmo tempo estimulada e frustrada por nossa inabilidade para produzir significado”. Isto porque “perdemos nossos instrumentos para compreender” e, ainda mais, a própria busca de significado é a própria “necessidade de compreender”.

Qual é o papel da memória nesse contexto de ruptura? Se ela está ligada ao processo de reconciliação com o mundo e consigo mesmo e a narrativa é uma forma de redenção da memória, como isso é possível diante do esgotamento da tradição, ou seja, daquele mundo comum pressuposto pelo senso comum, necessário ao espaço público onde essas narrativas podem ter um sentido? Para chegar a uma compreensão de como se articulam essas categorias no pensamento de Hannah Arendt partirei da questão da relação entre tradição, memória e linguagem.

“Notre héritage n’est précédé d’aucun testament” (“Nossa herança nos foi deixada sem testamento algum”) (apud ARENDT, 1979, p. 28). Com esse aforismo inicia-se *Entre o Passado e o Futuro*. Nele está condensada a essência do que significaram quatro anos na Résistance de uma geração de escritores e intelectuais europeus. Estes foram levados, pelo colapso da França, à política, mesmo contra suas inclinações. Constituíram um domínio público em feitos e palavras, longe da burocracia da Terceira República. Entretanto, isso não durou muito. Após alguns anos, estavam de volta a suas vidas pessoais, que, a partir de então, sabiam ser de uma irrelevância insuportável, mais uma vez separados do “mundo da realidade”: “Aquilo que Char previra e antecipara lucidamente enquanto a luta real ainda prosseguia – ‘Se sobreviver, sei que terei de romper com o aroma desses anos essenciais, de rejeitar silenciosamente (não reprimir) meu tesouro’ – acontecera. Eles haviam perdido seu tesouro” (ARENDT, 1979, p. 29).

Ao se reapropriarem da política, abrindo a possibilidade de um espaço público, esses jovens foram visitados, por um instante, pela visão da liberdade em sua dimensão pública que é, para Arendt, a experiência política originária. Porém, sem um quadro de referência preestabelecido, foi impossível aos próprios agentes

reter na memória, para poder narrá-lo, esse acontecimento. Mais ainda, ela alude à ausência de nome desse tesouro perdido de que fala o poeta para dizer que nossa herança foi deixada sem testamento algum, ou seja, sem a tradição que o selecionasse e nomeasse:

O tesouro foi assim perdido, não mercê de circunstâncias históricas e da adversidade da realidade, mas por nenhuma tradição ter previsto seu aparecimento ou sua realidade; por nenhum testamento o haver legado ao futuro. A perda, talvez inevitável em termos de realidade política, consumou-se, de qualquer modo, pelo olvido, por um lapso de memória que acometeu não apenas os herdeiros como, de certa forma, os atores, as testemunhas, aqueles que por um fugaz momento retiveram o tesouro nas palmas das mãos; em suma, os próprios vivos. (Idem, p. 31).

Legar um testamento é comunicar ao herdeiro o que será seu por direito no futuro. O testamento, como metáfora da tradição, é o que permite uma continuidade no tempo que não se reduz “à sempiterna mudança do mundo ou ao ciclo biológico das criaturas que nele vivem” (Ibidem, p. 31). Os primeiros a fracassar quando quiseram lembrar de como era o tesouro, foram aqueles que o tiveram nas mãos: os próprios resistentes. Enquanto agiam, eles se contentavam em deter o sentido do que faziam sem se preocuparem sequer em nomeá-lo. Quando quiseram contar para os outros, perceberam que não havia ninguém que pudesse herdar, questionar, e, sobretudo, pensar e relembrar. E isto porque eles mesmos não podiam fazê-lo já que a ação só se completa naqueles que a herdaram e a memória, sem um quadro de referência, é impotente:

O ponto em questão é que o ‘acabamento’ que de fato todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu significado deles se esquivou, e sem este acabamento pensado após o ato e sem articulação realizada pela memória, simplesmente não sobrou nenhuma história que pudesse ser contada. (Idem, Ibidem, p. 32).

O esfacelamento da tradição abriu uma lacuna entre o passado e o futuro. Por um lado, a ruptura com a tradição abre espaço para o novo, já que ela não opera como um elo neutro de continuidade entre o passado e o presente, mas escolhe o que deve ser transmitido e relega ao esquecimento experiências fundamentais. Mas esse corte pode acarretar a perda definitiva do acesso ao passado e, com isso, produzir a perda da compreensão do presente:

Estamos ameaçados de esquecer, e um tal esquecimento – pondo inteiramente de lado os conteúdos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, teríamos sido privados de uma dimensão, a dimensão de profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou, antes, a dimensão de profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser pela recordação. (Idem, p. 31).

Uma vez instaurada a ruptura, é preciso encontrar na própria tradição aquilo que, embora acontecido, ficou impensado no passado e que por isso mesmo permanece como a ser pensado ainda. A lembrança do passado arendtiano não é a sua reposição conservadora, mas a possibilidade de um novo devir do passado, que atualize possibilidades esquecidas, o que ela chama de instaurar uma brecha intemporal no coração do tempo, um choque entre o passado e o futuro. Portanto, só é possível uma renovação do passado quando o pensador se dispõe a um diálogo com a própria tradição, a fim de recuperar as experiências fenomênicas que estão nos conceitos tradicionais, “[...] visto que a memória do passado jaz escondida nas próprias palavras”. Segundo André Duarte (2000, p.150), para Arendt, à semelhança de Walter Benjamin, a linguagem não é simplesmente um sistema convencional de signos pois guarda o significado perdido das palavras de origem (Arendt) ou os rastros (Benjamin) dos fenômenos e atividades aos quais se referiram pela primeira vez.

Isso significa “[...] redescobrir aquelas experiências políticas arquetípicas nas quais ‘coincidiriam ‘significado’ [...] e aparência, palavra e coisa, idéia e experiência” (apud DUARTE, 2000, p. 142-3). E é com essa perspectiva que ela vai voltar ao pensamento político grego – já que a palavra “política” vem de *polis* – não para propor uma volta a esse passado, mas para apropriar-se de experiências esquecidas, porque não transmitidas pela tradição, transformá-las em mitos ou cristalizações e buscar compreender o sentido das manifestações políticas do presente, visando novos começos no futuro. O passado que assim retorna é fragmentado: destroços ocultos pela história. Para Duarte (2000,p.152), a transformação dos fragmentos em peças míticas não significa que ela os conceba como a-históricos. A narrativa mítica é “[...] a condição para a preservação do seu caráter originário assim como para que se perceba a sua possível repetição reatualizada no presente”. Também não significa que ela os tome como modelos

normativos absolutos a partir dos quais o presente político deva ser julgado. Para ele, “[...] o que realmente importa a Arendt é a detecção e exploração das afinidades essenciais entre essa origem cristalizada e determinadas manifestações políticas modernas e do presente, nas quais homens e mulheres visaram instaurar um novo começo revolucionário em atos e palavras” (*idem*).

Segundo Duarte (2000, p. 141), “[...] o conceito benjaminiano de origem e a sua concepção de história como sujeita a rupturas e repetições são extremamente elucidativos para a compreensão do modo como Arendt lidou com o passado, com a história e com a origem do político”. Para Arendt, são os eventos particulares não transmitidos pela tradição que devem ser tratados pelo historiador de forma seletiva, assim como o “coleccionador” de fragmentos da história ou de citações como “fragmentos do pensamento” benjaminiano.

Walter Benjamin sabia que a ruptura da tradição e a perda de autoridade que ocorriam durante sua vida eram irreparáveis e concluiu que teria de descobrir novas formas de tratar o passado. Nisso tornou-se mestre ao descobrir que a transmissibilidade do passado fora substituído pela sua citabilidade e que, no lugar de sua autoridade, surgira um estranho poder de se assentar aos poucos no presente e de privá-lo da “paz mental”, a paz descuidada da complacência. “As citações em minhas obras são como assaltantes à beira da estrada que fazem um assalto armado e aliviam um ocioso de suas convicções” (Arendt, 1987, p. 165-6).

Nesse mesmo sentido, nas teses *Sobre o Conceito da História* (BEJAMIN, 1994), a tarefa do “historiador materialista” seria a produção de rupturas eficazes, de um choque que imobiliza o desenvolvimento falsamente natural da narrativa. Contra a história percebida como um *continuum* cronológico, Benjamin vê os fenômenos históricos como “pontos isolados” sendo que sua salvação, ou seja, a redenção do passado, se daria a partir da “constelação” desses pontos. O passado só pode ser trazido à luz do presente arrancando-o da “totalidade triunfante do discurso e da ordem estabelecidos” e do seu “tempo homogêneo e vazio”, mas isso não significa propor outra interpretação de seu passado à humanidade nem a oferta apressada de uma nova narrativa substitutiva (Gagnebin, 1994, p. 119).

Para Gagnebin (*Idem*, p. 71), os ensaios benjaminianos *Experiência e Pobreza* e *O Narrador* são tentativas de pensar juntos o esfacelamento da experiência e das narrativas tradicionais, de um lado, e a possibilidade de uma forma de narrativa “que saberia recolher o passado esparso sem, no entanto, assumir a

forma da narração mítica universal, aquilo que Lyotard chamará de as grandes narrativas legitimizantes”.

O que é interessante ressaltar é a dificuldade que é pensar a partir do esfacelamento da narrativa. “Como escrever uma história descontínua, como contar uma tradição esburacada, dizer a ruptura, a queda, o salto?” (ibidem, p. 114). A idéia de interrupção e, mais especificamente, a de cesura preenchem duas funções na reflexão historiográfica de Benjamin, segundo Gagnebin (idem, p.121). Uma, a de crítica da concepção de relação histórica como causalidade, a outra: “a intensidade de um encontro súbito entre dois ou mais acontecimentos que, de repente são (com)preendidos pela interrupção da narração e se cristalizam numa significação inédita”. Baseado na percepção repentina da semelhança entre dois episódios que podem estar distantes na cronologia, esse processo de significação não busca homogeneizar o diferente, já que se trata de uma história ao mesmo tempo destruidora e salvadora.

O narrador também é esfacelado. Benjamin faz uso de um conceito trazido de Proust que significa lembrar pelo esquecimento, ou seja, pela memória involuntária. “[...] Na sua prática autobiográfica, Benjamin nos propõe uma concepção do sujeito que, seguindo a herança de Proust e de Freud, não o restringe à afirmação da consciência em si, mas o abre às dimensões involuntárias, diria Proust, inconscientes, diria Freud, da vida psíquica, em particular da vida da lembrança e, inseparavelmente, da vida do esquecimento” (Ibidem, p. 74). Isso significa que o narrador abandona “[...] as encenações projetadas do ‘eu’, para se consagrar às descrições de um teatro cujo desenrolar não controla” (Idem, ibidem, p. 83).

Para Arendt, a incapacidade da tradição de compreender os acontecimentos do presente, leva o pensador, frente à contingência moderna, a tornar-se um *storyteller*, pois não pode mais pensar a partir de padrões universais. “Reconstituir, na imaginação, os acontecimentos passa a ser a condição para o pensamento apreender o sentido neles presentes” (Aguilar, 2001, p. 216).

A posição da ação, a pluralidade humana como sendo a sua condição, no pensamento de Arendt, não pensada a partir de um padrão, fez com que essa autora compreendesse o seu trabalho como uma narrativa do ‘grande jogo do mundo’. Contar a ‘estória’ é a única maneira da ação permanecer na memória dos homens e dos feitos e palavras humanas adquirirem dignidade por parte do

pensamento. Ao se transformar numa *storyteller*, Arendt rejeita a posição de um ponto de vista arquimediano como uma postura apropriada para o filosofar e nos insere no entrecho de um pensamento 'narracional' como o seu *modus philosophandi* (Ibidem, p. 218).

Arendt, segundo Muñoz (2003), coloca o narrador em uma esfera política de aparição. Para ela, o pensamento surge da experiência viva e deve estar sempre a ela ligado. A narração de relatos constitui esta metodologia, pela qual podemos recuperar “as histórias da História”. O sujeito da narrativa não tem uma identidade previamente dada, pois é somente por meio do discurso e da ação, ante a presença e julgamento de outras pessoas, que sua identidade é revelada. A possibilidade desse julgamento se dá pela existência de um mundo comum. Ao mesmo tempo, somente a pluralidade garante essa esfera do comum que é a esfera pública, ou seja, não há mais um ponto fora dela que norteie o julgamento das ações: “[...] sin tradición que nos ayude en la tarea de interpretar y comprender los acontecimientos, sólo el frágil hilo de unas vidas puede aportar cierta luz sobre el pasado” (Ibidem, p. 73). Toda história é única, e essa pluralidade se dá em uma “[...] trama de relações humanas e histórias interpretadas”; em outras palavras, a revelação do “quem és” por meio do discurso e a possibilidade de um novo começo dada pela ação, é produzida nessa trama na qual “[...] el recién llegado o llegada inicia una nueva historia de vida, que afecta a su vez a las historias vitales de quienes están en contacto con él o con ella” (apud MUÑOZ, 2003, pp.193-194). Para Arendt, segundo ainda Muñoz, o historiador é o narrador ou juiz que busca, nos fragmentos dotados de singularidade significativa, à luz do presente, o sentido implicado nas ações humanas concretizados em acontecimentos, encontrando entre elas nexos inesperados.

Uma outra consequência da perda da tradição é que o tempo histórico não pode mais ser percebido linearmente, pela noção de causalidade ou de processo. Quando pensamos instituímos uma brecha temporal entre o passado e o futuro e cabe a cada nova geração e a cada ser humano descobrir essa brecha de novo e pavimentar perseverantemente esse espaço entre o passado e o futuro. Resgatar o passado é mostrar as possibilidades da ação humana, para que não caiam no esquecimento. Por outro lado, Muñoz (2003) faz a seguinte ressalva a Arendt: apesar de não podermos nos apoiar mais na tradição para entendermos o passado,

também sempre o fazemos a partir de preconceitos, da tradição. Por isso, nossa compreensão é histórica e *situada*.

O teórico da política tem como vocação a narração das "histórias da História" (*apud* Muñoz, op. cit., p. 57), ou seja, a de ser um "pescador de pérolas" ao resgatar fragmentos do passado, não para dominá-lo, mas para compreendê-lo e assim para ser suportável pela reconciliação necessária. A narração de fatos particulares faz com que percam seu caráter contingente e atribui significado ao que "[...] de otra manera seguiría siendo una cadena insoportable de meros acontecimientos" (*apud* MUÑOZ, op. cit., pp. 70-71). Aí se coloca o que para os estudiosos do holocausto é denominado o *papel do testemunho* ou dos *sobreviventes*.

Somente as ações e os discursos revelam a identidade de seus agentes. O meio que possibilita tal revelação é o espaço de aparição, que é polifônico, onde as ações e os discursos podem ser vistos e ouvidos por outros. Tais ações e discursos, ao serem narrados, podem assim adquirir significado dado pela intersubjetividade do juízo: "Lo que significa es que la acción y el discurso no tienen sentido si nadie las juzga, si no se producen ante la presencia de otras personas, si no son recordadas por esa pluralidad que conforma la comunidad política" (*Ibidem*, p. 172). O juízo não é algo subjetivo e individual, mas se dá pelo reconhecimento dos demais. Assim como em Kant, o juízo para Arendt tem como característica o pluralismo.

O pensamento político por excelência é necessariamente pluralista e extensivo. Por pensar extensivo Arendt entende aquele que se exerce levando-se em conta o ponto de vista dos demais, sendo, assim, essencialmente representativo. Aquele que julga, ao se colocar no lugar do outro, assume um ponto de vista imparcial e desinteressado. É por isso que os espectadores estão mais capacitados a julgar um acontecimento que os agentes. Os espectadores julgam fazendo presentes outros espectadores, inserindo-se numa narrativa ampla composta tanto por narrativas presentes quanto passadas e por juízos dos demais: "Cuanto más puntos de vista diversos tenga yo presentes cuando estoy valorando determinado asunto, y cuanto mejor pueda imaginarme cómo sentiría y pensaría si estuviera en lugar de otros, tanto más fuerte sería la capacidad de pensamiento representativo y más válidas mis conclusiones, mi opinión" (*apud* Muñoz, op. cit.).

Ao impor o isolamento radical, o totalitarismo eliminou em seu regime a condição humana da pluralidade e com isso as condições da ação e da vida política: a natalidade, a espontaneidade, a individualidade e a pluralidade (Ibidem, p. 174). Instaura então, na interpretação de Arendt, o que Kant denominou de mal radical, que significa para ela tornar os seres humanos prescindíveis, supérfluos. Não há palavras que possam transmitir a memória dessa experiência, uma vez que o terror impõe o esquecimento, é mudo, elimina a palavra.

Junto com os corpos, a ditadura no Brasil pretendeu que se esquecessem ideais e outras formas de viver. Às palavras era atribuído um único sentido, para que outros sujeitos não pudessem ter voz. Mas as palavras, desobedientes, teimavam em sua polifonia. Então, foi a vez do corpo. Sua morte deveria calar para sempre o dissonante. A única forma de resistência passou a ser continuar vivo. Os sobreviventes agora vêm contar o que viram para lembrar que se esquece (Lyotard) um período de nossa história em que a violência tomou o lugar da política e que seu esquecimento significa, entre muitas outras coisas, a vitória do sentido de justiça forjado pela anistia, ou seja, pela amnésia.

Entre a necessidade individual de esquecer e a exigência pública de falar, os sobreviventes buscam dar um sentido a esse quebra-cabeças que é a sua história e a do país, a partir de suas próprias lembranças, daquelas de outros sobreviventes, da procura pelos corpos dos desaparecidos, da abertura dos arquivos da ditadura, de notícias na imprensa, etc. Publicamente, assim como na esfera privada, busca-se dar um nome e um rosto a esse passado para que não se retorne a ele eternamente, seja na angústia privada, seja no Carandiru, na Candelária, nas madrugadas das favelas.

Tenta-se compreender o que se passou para ser possível a reconciliação com a realidade e a criação de um outro futuro. O pensamento instaura uma lacuna no tempo entre o passado e o futuro, tirando-lhes de seu fluxo homogêneo:

Este pequeno espaço intemporal no âmago mesmo do tempo, ao contrário do mundo e da cultura em que nascemos, não pode ser herdado e recebido do passado, mas apenas indicado; cada nova geração, e na verdade cada novo ser humano, inserindo-se entre um passado infinito e um futuro infinito, deve descobri-lo e, laboriosamente, pavimentá-lo de novo (ARENDR, 1979, p. 40).

Assim, os herdeiros diretos desse passado recente de nossa história, ao darem seu testemunho e julgamento, lembram que o esquecido é aquilo que está sempre presente e que por isso é necessário lembrar para haver um esquecimento feliz e fazer surgir o novo.

### 3. FILHOS DA RESISTÊNCIA: Qual resistência?

A bela expressão cunhada por Rose Spina (1997) possui uma certa ambigüidade que não deixa de ser interessante para o que se propõe este capítulo. A resistência aí referida é aquela dos pais dos quais os entrevistados são filhos? Ou a desses filhos como continuadores daquela tarefa de luta política abruptamente interrompida? Parece clara a posição de agentes políticos dos pais. Já a dos filhos é mais difícil de definir, já que muitos se recusaram a seguir os mesmos passos dos pais. No entanto, quando se busca compreender o que significa política e resistência no contexto em que se deram os acontecimentos de que trata esta dissertação, percebe-se que a questão se torna complexa. No início, a geração dos pais, certamente, agiu no sentido de resistência tal como a modernidade a concebeu: oposição direta de forças em jogo, em que o poder hegemônico é tido como opressor.

Paulatinamente, o Estado começou a mostrar-se em sua contemporaneidade na forma de lidar não com adversários políticos, mas com “indivíduos perigosos” que ameaçam a sobrevivência daqueles cuja vida deve ser preservada, a partir da repartição entre quem deve viver e quem deve morrer e da eliminação da “vida indigna” de ser vivida. É a transformação da política em biopolítica, no sentido que Foucault (1980) deu a este fenômeno: a inclusão da vida natural, do homem como espécie e como simples corpo vivente, nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal, resultando daí tanto a proteção da vida das populações quanto a possibilidade de autorizar o holocausto em nome da proteção dessa mesma vida.

Mas se a biopolítica, por si mesma, explica a política nazista de extermínio, o racismo de Estado, as mortes em regimes de exceção, Giorgio Agamben parece ter razão em ir além para compreender o estado atual da política. Enquanto que, para Foucault, a instalação do biopoder supunha um rompimento com os modelos jurídico-institucionais de governo (soberania, teoria do Estado), constituindo-se numa forma de poder que se exerce disciplinarmente ao penetrar no próprio corpo dos indivíduos e em suas formas de vida e não mediante a aplicação da lei, para Agamben (2004), a implicação da vida nua na esfera política forma a base do núcleo político originário do poder soberano. Esta inclusão da vida nua como um direito supõe a sujeição à ameaça de morte por ser o que define o soberano por ser aquele

que decide sobre o valor da vida a ser vivida ou da “vida indigna de ser vivida”, instaurando-se assim um ordenamento jurídico que contém em si o seu contrário: a suspensão dos direitos, a violência não regulada por lei, ou seja, tudo aquilo que era considerado estado de exceção.

O estado de exceção inclui o que está fora através da exclusão, da suspensão da validade da regra, através de uma zona de indiferença entre situação normal e caos, externo e interno (AGAMBEN, 2004, pp. 25-29). Assim, no caso do regime militar brasileiro, a legalidade não foi eliminada, mas incluiu no ordenamento a exceção, subtraindo das regras o “inimigo”, tornando-o matável, mas não sacrificável, pois não seria punido por uma jurisdição estabelecida. Esse banimento, esse ser colocado numa inexistência como ser político-jurídico e, nesse sentido, incluído como matável, é o que aparece como estranhamento e indignação na fala de Joca, um dos entrevistados, ao referir-se à situação da mãe nos anos de 1970 a 1975 em que desapareceu qualquer traço de sua prisão:

Pra ela, achava que nunca mais ia me ver, ela achava que ela ia morrer, os caras iam matar ela porque não tinha inquérito, não tem nada, entendeu, não era oficial, minha mãe nunca foi presa. Se você pegar, ela pediu o *habeas-corpus*, ou o *habeas-data* dela e, num período de 73, antes da guerrilha, de 70 a 73, 75, né, não existe, minha mãe não teve atuação política. Ela teve atuação política até 70 e depois de 75. É um período inexistente. Inexistente! Ela deixou de fazer política, é incrível!

A sobrevivência, nos anos mais duros da ditadura, foi a única forma de resistir, pois àqueles a quem o Estado transformou em seus inimigos só restava a vida nua, matável e insacrificável a que alude Agamben. A única saída foi então a clandestinidade, a mudança de identidade, a fuga constante, o exílio. Essas pessoas encontravam-se no que ele chama de “relação de *bando*”. Retomando a expressão de Jean-Luc Nancy, Agamben (*ibidem*, p. 36), com a palavra “bando” designa a potência da “lei manter-se na própria privação, de aplicar-se desaplicando-se”:

Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é *abandonado* por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem. Dele não é literalmente possível dizer que esteja fora ou dentro do ordenamento [...]. É neste sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: “não existe um fora da lei”. A *relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o Abandono*. A potência insuperável do *nómos*, a sua originária “*força de lei*”, é que ele mantém a vida em seu bando abandonando-a.

A permanência do Congresso Nacional, os atos institucionais, os decretos-lei secretos, as prisões sem processo jurídico, os assassinatos clandestinos fazem da ditadura militar brasileira um exemplo agudo de uma situação em que a lei e o arbítrio, direito e fato, se confundem e em que a vida, capturada nessa esfera de indistinção, é matável sem se cometer homicídio. É uma situação semelhante à descrita por H. Arendt (2005, p. 362):

Las nuevas disposiciones draconianas deberían servir para poner fin al terror extralegal y para instaurar la nueva ley de la revolución. Lo característico de los regímenes totalitarios no es el que también ellos aprueben leyes nuevas de este orden, como las leyes de Nuremberg, sino que no se detienen aquí, reteniendo el terror como una violencia que se mantiene operativa fuera de la ley. En este sentido, el terror totalitario no presta más atención a las leyes decretadas por el régimen totalitario que a las que estaban en vigor antes de la asunción del poder por el régimen.

Hannah Arendt aponta para a diferença irreduzível do totalitarismo com as diversas formas de tirania ou ditadura. O regime totalitário é arbitrário em relação às leis positivas, e por isso é confundido com as outras formas de regimes autoritários. No entanto, sua novidade consiste em obedecer com estrita lógica às leis da História ou da Natureza: “[...] la legalidad totalitaria, ejecutando las leyes de la Naturaleza o de la Historia, no se molesta en traducirlas a los criterios de bien y mal de los seres humanos individuales, sino que las aplica directamente a la ‘especie’, a la ‘humanidad’” (ARENDR, 2005, p. 409). É a pretensão de criar uma única humanidade que encarnasse tais leis o que caracteriza a natureza do totalitarismo. Essas leis não são fontes que governam as ações dos homens, mas são elas mesmas leis de movimento. A ação, condição humana da liberdade – possível, ainda que temerosamente, nos regimes ditatoriais –, é substituída pelo movimento da Natureza ou da História, e cada nascimento que traz ao mundo um novo início é colocado no movimento circular da espécie. Assim, o totalitarismo não só cerceia a liberdade, mas modifica a própria condição humana da espontaneidade, tornando cada homem previsível e supérfluo ao mesmo tempo.

O Congresso, que esteve aberto a maior parte do tempo, recebia sua legitimidade do Ato Institucional, ou seja, o regime não recebia sua legitimidade do Congresso, era justamente o contrário (CARDOSO, 2001, p. 182). As eleições, mesmo que indiretas, o rodízio dos presidentes, o bipartidarismo e até os decretos-lei secretos foram formas de se obter legitimidade e legalidade. Os decretos-lei

secretos permitiram ao Executivo prisões por infração de uma lei completamente desconhecida. A exceção, constituindo-se numa zona de indiscernibilidade entre caos e ordem, vigorou, no caso brasileiro, na combinação entre mecanismos racional-legais dos aparatos repressivos da Doutrina de Segurança Nacional com a tortura clandestina. O terror, apesar de nunca ter sido assumido como prática institucional, era centralizado pelo Governo e executado pelos serviços de inteligência das forças armadas (REIS, 2004, p. 42).

Cardoso afirma que a preocupação com a legitimidade e legalidade do regime foi uma forma de "salvar as aparências". Sader nos propõe uma questão interessante: "pode-se dizer que se tratava apenas de 'salvar as aparências'. Mas isto não explica por que salvá-las. Por que não mudar as aparências?" (*apud* CARDOSO, 2001, p.184). O arbítrio transfigurado em lei constituindo um simulacro

[...] produz a eficácia do regime no qual tudo deve ser verossímil (o legislativo em funcionamento, a realização das eleições, a vigência da representação popular etc.). Através do simulacro, do disfarce, da falsificação constrói-se a 'impostura da lei totalitária' – o arbítrio – que, no entanto, não pode ser assim reconhecido, por parecer ter força de lei, embora seja efetivamente sustentado pela violência e, no limite, pelo terror (*Ibidem*, p.186).

Para Agamben (2004, p. 66), citando Jean-Luc Nancy, que, segundo ele, pensa toda a história do Ocidente, e não apenas nosso tempo, como "tempo de abandono",

[...] o abandono não constitui uma intimação a comparecer sob esta ou aquela imputação da lei. É constrangimento a comparecer absolutamente diante da lei, diante da lei como tal na sua totalidade. Do mesmo modo, ser banido não significa estar submetido a uma certa disposição de lei, mas estar submetido à lei como um todo. Entregue ao absoluto da lei, o banido é também abandonado fora de qualquer jurisdição... O abandono respeita a lei, não pode fazer de outro modo.

Um dos efeitos dessa mistura de norma e arbítrio é a dificuldade de inscrição simbólica do terror na memória histórica. "A arma mais terrível das sereias não é o canto, mas o silêncio ('jamais aconteceu, mas não seria talvez de todo inconcebível que alguém possa salvar-se do seu canto, mas do seu silêncio certamente que não') [...]" (*Idem*, *ibidem*, p. 65). É esse enigma que Ulisses decifra em relação às sereias, pois, ao contrário do que se pensava, elas não emitiam canto algum. Elas se

calavam. Agamben faz uma analogia entre o insuportável desse silêncio com o insuportável da lei que não prescreve nada. É a tal silêncio que aqueles que lutavam contra o regime estavam submetidos, assim como não foram excluídos da lei, mas abandonados a ela, entregues ao absoluto da lei. Cardoso (2001, pp.194-5) cita o relato de Primo Levi sobre uma advertência dos SS que elucida essa submissão ao silêncio:

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos *Lager* [campos de concentração].

Examinando a idéia de uma política do esquecimento, que é também uma política do silêncio, pode-se compreender melhor qual a violência que está nela embutida. Quais são os objetivos e implicações dessa construção para a sociedade? Ela tem como finalidade camuflar, esconder a realidade pelo tempo necessário a que os culpados por esses crimes morram sem serem julgados e/ou esperar que com o tempo se estabeleçam as condições para que essa discussão possa realizar-se com serenidade ou há algo de mais grave: a destruição do que Hannah Arendt chama de “verdade factual” com o inevitável silenciamento que lhe segue?

Em seu ensaio “Verdade e Política”, Arendt (1979, p. 282-324) levanta um questionamento interessante na medida em que nos remete ao que está em questão quando se reivindica o direito à memória e o direito à verdade. Ela opõe a verdade, não ao erro nem à ilusão nem à opinião e sim à falsidade deliberada, à mentira (Ibidem, p. 308). A negação ou falsificação de fatos e eventos de importância para uma determinada comunidade mediante a reescrita totalitária da história, da disseminação organizada da mentira por meio da mídia ou de sua transformação em meras opiniões com as quais se pode concordar ou não, impedem a formação de um espaço público que revele novas perspectivas do mundo. Quando a mentira passa a abranger todo o contexto de significação dos fatos, a violência se instaura, pois é preciso eliminar tudo aquilo que a contradiga. Há uma violência embutida na mentira política moderna. Ela não se limita a ocultar, mas busca destruir: “[...] Todas

essas mentiras, quer seus autores o saibam ou não, abrigam um germe de violência; a mentira organizada tende sempre a destruir aquilo que ela decidiu negar, embora somente os governos totalitários tenham adotado conscientemente a mentira como o primeiro passo para o assassinato” (Ibidem, p. 312). É o caso das figuras históricas que foram mortas na Rússia de Stalin quando alguém que tinha participado ativamente da Revolução passava a ser *persona non grata*, por discordar do encaminhamento dado a ela. Nada que pudesse contradizer a versão oficial podia subsistir: documentos, fotos, e, até mesmo, a pessoa em questão. “Quando Trotsky escutou que nunca desempenhara nenhum papel na Revolução Russa, deve ter tomado consciência de que sua sentença de morte fora assinada” (Idem, Ibidem).

Esquecimento, apagamento de todos os fatos, das violências sofridas, dos crimes cometidos por aqueles que se supõe serem os guardiões da ordem são as bases a partir das quais se acredita atingir a reconciliação nacional. O sentido da negação da participação das Forças Armadas e, no caso do Brasil, do Estado, no processo de tortura, morte e desaparecimento de militantes políticos, mediante o apagamento de resquícios, de documentos comprobatórios e até de pessoas nos cárceres e nas dependências dos DOI-Codi, é o de fazer sumir, como por um passe de mágica, os acontecimentos traumáticos cujas conseqüências, no entanto, se fazem sentir até hoje.

A “política do esquecimento”, no dizer de Lyotard (1994, p. 36), cobre o que “[...] deveria ser um crime perfeito, a sentença seria inocente, na certeza de ausência de provas”. A forma obsessiva com que se buscou apagar qualquer vestígio do extermínio indica que há algo que não pode ser apagado e que retorna.

Outro tipo de apagamento da inscrição simbólica é pela destituição do humano daqueles que estão submetidos à força. Os vários casos de desmentidos, através dos meios de comunicação de massa, são uma forma de morte para quem os fazem, mesmo sob circunstâncias mais adversas. O desmentido significa a destituição da identidade social dos indivíduos que seriam as testemunhas diretas. Um dos entrevistados mostra o que a mera tentativa de envolvê-lo significou pessoalmente para ele:

Então eu passei esses dois meses sem tomar sol, sem tomar banho, sem receber visitas, sem nada enquanto os caras faziam entrevistas, eletroencefalograma e tal, e o diretor [...], ele tá na penitenciária ainda hoje, [...] ele veio com uma conversa, uma entrevista afinal,

uma conversa comprida pra caramba e tal, pra dizer como era bom tá solto. Eu falei “ah, eu concordo com você, mas o que você quer que eu faça?” “Por que é que você não sai?” Eu falei “porque é vocês que me mantêm preso”. Só que ele fez uma conversa durante duas horas falando, aí no final que teve esse diálogo, né? Falou “mas por que é que você não sai?”. Falei “mas porque vocês me mantêm preso, né?” Falou, “ué, mas você tem um jeito de sair” Eu falei “e eu não sei, me diga qual é?” “Pô, você vai pra televisão e renega tudo e aí você sai, né?” E aí, obviamente que eu não faria isso, mas você imagina pra minha situação, renegar a luta era renegar o meu pai, a minha mãe, meus irmãos, meus amigos, meus companheiros, renegar a família, quer dizer, eu ia viver um robô na mão dos caras, não tinha a mínima possibilidade de ser isso daí (Ivan).

Esse relato em forma de diálogo mostra bem os mecanismos de indução ao silenciamento utilizados pelos agentes carcerários que visam à redução de um ser humano a pura vida sem mediação. Primeiramente, isolando-o da convivência com os outros e, ao mesmo tempo, fazendo-o sentir a falta das condições mínimas para o bem-estar corporal para, a seguir, depois de um tempo calculado, acenar com a saída dessa situação. O que Ivan percebeu muito bem é o preço alto a pagar por isso. Aceitar fazer parte do simulacro significava a perda de sua própria história, a dissolução de sua identidade, tudo o que de fato se perdeu com o esquecimento imposto tanto pelo terror como pela política do esquecimento representada pela anistia, pelo inexistencialismo, etc. Na fala do entrevistado percebe-se a indignação de ter sido objeto de uma manobra que o deveria levar a renegar a luta de seus pais, não poder encarar irmãos, amigos, enfim todos os que contavam para as identificações construídas ao longo da vida e tornar-se uma peça na engrenagem dessa política do esquecimento.

Para além da política do esquecimento, há um outro tipo de silêncio que também dificulta a transmissibilidade da experiência do terror. Um sonho sonhado por Primo Levi, no campo de concentração, e que posteriormente descobriu ser um sonho recorrente em quase todos os prisioneiros, é esclarecedor dessa dificuldade, como comenta Gagnebin (2001, p. 92):

Sonha com a volta para casa, com a felicidade intensa de contar aos próximos o horror vivido e passado e, de repente, com a consciência desesperada de que ninguém o escuta, de que os ouvintes levantam e vão embora, indiferentes. Primo Levi pergunta: “Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?” Essa narrativa foi feita, está sendo feita, mas, como o

ressaltam todos os sobreviventes, por exemplo, Primo Levi e Robert Antelme, ela nunca consegue realmente dizer a experiência inenarrável do horror.

O passado, mesmo inapreensível, inenarrável, está aí, na forma de rejeição de um choque do qual só se tem notícia pelo que Freud chama de “afeto inconsciente”. Esse passado se fará ouvir na forma de medo, angústia, sentimento de um excesso ameaçador, cujo motivo não se encontra no contexto atual. Para Lyotard (1994, p. 19), não se trata de salvar a memória porque só pode ser lembrado aquilo que se pode inscrever. Por isso, se trata de “lutar para lembrar que se esquece”. E, já que o esquecido convoca o pensamento, é preciso uma forma de escritura que reserve o resto, o esquecido inolvidável e, portanto, interminável. “Escritura de sobrevivência, ela mesma angustiada pela vergonha de não ter sucumbido, pela vergonha de poder continuar testemunhando e pela tristeza de ousá-lo” (Ibidem, p. 55).

Em sentido semelhante, Walter Benjamin escreve que o fim das formas tradicionais de narrativa provém da perda da possibilidade de transmissão da experiência. O início desse processo foi a Primeira Grande Guerra Mundial, da qual os sobreviventes voltaram mudos. É necessária, então, “uma reflexão [...] sobre a memória traumática, sobre a experiência do choque [...], portanto, sobre a impossibilidade, para a linguagem cotidiana e para a narração tradicional, de assimilar o choque, o *trauma*, diz Freud na mesma época, porque este, por definição, fere, separa, corta do sujeito o acesso ao simbólico, particularmente à linguagem” (GAGNEBIN, 2001, p. 87).

Ao contrário do que a política do esquecimento divulga, é precisamente a ausência de simbolização das experiências, através do esquecimento forçado ou da dimensão inercial do tempo que impossibilita a superação do passado que se cristalizou. Contrapondo-se à violência muda, os espaços públicos plurais, em que as narrativas fragmentadas do horror podem ser ouvidas e transformadas em experiências transmissíveis, possibilitam a compreensão necessária para que, ao ressignificar o passado, abra-se espaço para uma ação política inovadora.

A compreensão não passa pela tentativa de se construir uma outra grande narrativa totalizante, mas constitui-se numa atividade interminável, aberta, tecida por retalhos de lembranças imprecisas, de sentimentos confusos, mas também de

documentos, de fatos publicizados a partir da abertura dos arquivos da ditadura. Sem as peculiaridades da memória das testemunhas, os fatos se tornam facilmente "tragáveis" pela opinião pública brasileira já tão habituada à violência mostrada pela mídia, o que os torna quase irreais. Os relatos das testemunhas trazem humanidade aos fatos: rostos, nomes, emoções de quem nasceu na prisão, de quem presenciou a tortura dos pais, dos que foram para o exílio ou estavam exilados dentro do país, daqueles que se sentiram abandonados por não entenderem o que estava acontecendo, da esperança de encontrar seu pai ou sua mãe desaparecidos. Tudo isso torna mais concreta essa história de nosso país. Como transmitir uma memória do terror constituída pela impossibilidade de simbolização tanto da vida, quanto da morte de um pai ou mãe que foram brutalmente arrancados da convivência criando-se todo um mistério em torno a seu paradeiro e às razões de seu desaparecimento?

[...] Não é justo porque, por que eu? O governo tirou o meu pai, por quê? Algumas vezes eu me colocava como vítima. Quer dizer, cada momento da minha vida é uma coisa diferente, ora eu era a estranha ou a vítima, até que enfim, eu consegui me equilibrar, aos trancos e barrancos. [...] É esse segundo, a segunda coisa que vem junto com a primeira de eu tentar construir uma imagem. A segunda é, como eu não tenho um pai prá, não tive antes dele morrer, é tentar aceitar, dizer pra mim mesma que ele morreu. Hoje eu aceito racionalmente, visão crítica e tudo, mas durante um tempo, eu não aceitava isso, eu acreditava mesmo que não, que ele não tinha morrido, que ele tinha conseguido sair do país, ele tinha fugido, e a minha mãe não sabia, porque ele não tinha como comunicar p'ra ela, mas num belo dia ele ia aparecer, iam me comunicar "este é o seu pai". Então eu sei lá, eu tinha essa fantasia, né? É engraçado, porque com 14 anos, quando você já tá na idade de ter um pensamento mais crítico, racional e tal, saiu no jornal uma notinha assim, foi em 89 não sei, 90, não era ainda, não saía tanto em jornal esse tipo de coisa, né? Saiu que uma pessoa que era da AP, que era do mesmo partido, que era infiltrado, essa pessoa podia ajudar a desvendar mais a misteriosa morte do meu pai e duas outras pessoas que morreram junto com ele. E aí quando saiu essa notícia e ele saiu dizendo, na verdade ele deu a versão verdadeira, que não tinha nada a ver com aquela versão oficial lá, uma farsa, né, que eles inventaram. Aí eu falei pra minha mãe "é, pelo menos agora a gente pode ter certeza, né?" Ela falou "Não Tessa, mas a gente já tinha certeza, como não ia ter certeza? Eu sabia, você não?" E aí eu parei assim pra pensar "meu deus!" Mas e até hoje é difícil aceitar uma morte que não é material, que você não tem, mais que isso, mais do que essa imaterialidade da morte, p'ra mim ainda a imaterialidade da vida, porque eu não conheci, né, o meu pai. Então é absolutamente pirante você tentar por um lado imaginar como seu pai era, e por outro aceitar que isso que você imaginou morreu. É uma imagem que é complicado (Tessa).

A impossibilidade de aceitar a morte de um pai “imaterial” que não chegou a conhecer, mas por quem esperou mesmo depois que as “evidências” se apresentaram, é exemplo de que a impossibilidade de fazer o luto torna difícil sentir-se em casa no mundo. Essa “presença do ausente e a ausência do presente” nas palavras de Gagnebin (*apud* Teles, p. 2007, p. 67), é, segundo Edson Teles (*Ibidem*) “[...] a lembrança de uma presença que não sabemos onde se encontra e que está sujeita a ser apagada, mas cuja existência é ativada a cada nova referência aos crimes da ditadura”. Os próprios desaparecidos políticos são um resto na memória coletiva e os filhos que se dispõem a tornar público o vazio que os constituem e a importância da localização dos desaparecidos e de um túmulo, bem como a da nomeação dos crimes e dos criminosos, apontam para a mudez do regime atual, que se denomina democrático, com a qual tenta apagar a marca da herança autoritária.

Os filhos daqueles que sofreram o terror de Estado, ao se postarem na *ágora*, colocam à sociedade a tarefa de julgar, para que sua luta por justiça não seja tratada publicamente como uma questão pessoal de vingança, de ressentimento ou de oportunismo com vistas nas indenizações, discurso este de militares responsáveis por torturas aos quais o esquecimento tornou impunes, a exemplo das declarações do coronel Ustra, conhecido como Tibiriçá, sobre a ação, de setembro de 2006, movida por Maria Amélia e César Teles, pais de Janaína e Edson Teles, entrevistados para o vídeo: “Ela, o marido Cesar Teles e os dois filhos (AUTORES) movem contra mim (RÉU) uma ‘ação meramente declaratória de ocorrência de danos morais’ para o fim de declarar que o RÉU, por agir com dolo e cometer ato ilícito passível de reparação, causou danos morais e danos materiais à integridade física dos AUTORES. Penso que o objetivo deles é conseguir uma indenização aos dois filhos do casal. Essas indenizações levaram muitos subversivos e terroristas a se declararem torturados” (USTRA, 2006). Segundo Gagnebin (2006, p.1), a reação se deu porque os militares perceberam o perigo de uma ação de natureza declaratória que, ao contrário do que afirma o coronel, não tem por finalidade a prisão ou a indenização e sim o reconhecimento de que ele, na época diretor do Doi-Codi de São Paulo, teria seqüestrado e torturado os membros dessa família. Se houvesse uma declaração nesse sentido, de que ele foi um torturador, outras ações poderiam ser abertas, pois tortura é crime pela legislação internacional e brasileira. A

Lei da Anistia de 1971 não teria força contra um crime declarado imprescritível, abrindo-se a possibilidade de revisão da Lei da Anistia como já tinha acontecido no Chile, na Argentina e no Uruguai.

A facilidade com que se condena o regime como um todo e não as pessoas em particular, parece traduzir um medo arraigado, a que alude Arendt, de julgar e, "quando todos são culpados, ninguém o é" (*ibidem*, p. 83). Por essa razão, a passagem do mutismo à palavra, do luto à roda viva, requer da sociedade que seja testemunha, pois, nas palavras de Gagnebin (2004, p. 4):

[...] testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras revezem a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente esta retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar a esboçar uma outra história, a inventar o presente.

É também de Gagnebin (2006, p. 4), a idéia de que é preciso criar uma opinião pública "cada vez mais indignada com a aceitação tácita da tortura", seja a realizada pelos militares, seja pelos policiais hoje. É a indignação que, segundo Mauro Rovai (2006, p. 7), é suscitada no curta *15 Filhos*, embora a situação fosse propícia para sentimentos como a da "piedade por contágio, epidérmica, solidária". A indignação como uma questão ética e política, em vez do ressentimento e da impunidade:

No filme de Nehring e Oliveira, não se trata da imagem da dor, da memória ou da nostalgia [...], mas um sentimento de indignação contra um passado que não se torna presente. [...] A morte dos pais e mães de 15 filhos, cujo sentido foi e continua a ser confiscado, dá a justa dimensão não do que seja um povo sem memória ou história, mas do que seja um povo cujo passado não lhe é permitido esquecer. [...] Há um determinado momento em que a platéia foi convocada à comoção pelo atalho das lágrimas, quando duas das entrevistadas quase, de fato choraram. Nesses momentos, o foco agigantou-se sobre o rosto de ambas e, presume-se, contava-se com a presença da lágrima. Porém, o fato não haver o close de nenhuma lágrima não frustrou a câmera nem o filme. [...]. Nesse aspecto, o que fica do filme é a indignação por uma história que, se é a dos entrevistados, é também a do país. Uma história que se nega a reconhecer a violência com que foi feita. E por não reconhecê-la, exerce-a continuamente.

Entretanto, algumas opiniões difundidas no senso comum são obstáculos para que a sociedade brasileira deseje a punição dos militares envolvidos nos crimes cometidos no período. Cito algumas delas. a) As análises que vêem as esquerdas armadas como o outro lado da mesma moeda da violência militar contribuem para legitimar o terror com que foi destruída a oposição ao regime; b) A construção da imagem de terroristas atribuída pelos militares aos “inimigos da revolução” dificulta a formação de uma opinião pública livre da propaganda da ditadura:

Mas você sabe que na época que a gente foi preso aqui no Brasil, eles levaram a gente pro Juizado de Menores em Tatuapé, e ali eles criaram uma imagem assim da gente, parecia que a gente era um bandido assim de alta periculosidade, e eles falavam p'ras crianças que tavam lá assim, “esses daí são terroristas, vocês não mexam com eles que eles são perigosos”, falavam p'ra gente “ó, esses daí são maconheiros, prostitutas, ladrões, todo tipo de gente”. Então, tanto os meninos morriam de medo da gente, como a gente morria de medo deles, então a gente não podia nem encostar um no outro, a gente ficava assim a meia distância, porque era um medo tão grande que eles colocavam na cabeça da gente que você ficava assim com aquele medo, e eles também morriam de medo, porque imagine, filho de terrorista..., terrorista, nem sabiam o que era, mas no fundo, no fundo, tem aquele medo de terror, né” (Denise);

c) O fato de que no Brasil o número de vítimas foi menor que em outros países da América Latina passou para a história como problema exclusivamente daqueles envolvidos com grupos políticos de resistência e que o que ocorreu foi auto-defesa do Estado, como se pode ouvir na seguinte fala do General Leônidas Pires Gonçalves: “Guerra Suja nesse país nunca houve. Nós sempre os enfrentamos da maneira mais denodada e mais corajosa. Aqui não morreram os trinta mil que se diz que morreram na Argentina” (*apud* CARDOSO, 2001, pp.192-3).

Entretanto, sabe-se que o terror nas ditaduras tem como fim inculcar o medo na sociedade inteira. Pois, segundo Irene Cardoso (*Ibidem*, p. 190):

[...] a tortura, visando a obtenção de informações sobre os grupos revolucionários, impõe, por meio da combinação daqueles outros mecanismos de intimidação da população, o medo, o silêncio e o conformismo aos ‘inimigos potenciais’, amplifica o terror e o arbítrio porque ‘o universo das vítimas potenciais’ jamais é claramente definido de antemão e isto dá então ao impacto subjetivo da ameaça um lugar totalmente particular.

A mesma autora, citando Viñar, acrescenta: “O calvário de dezenas é suficiente para que a sociedade em seu conjunto seja afetada. O objetivo manifesto

de obter informações e a confissão é acessório em relação ao projeto de aterrorizar e de submeter: o alvo é mais a coletividade do que a própria vítima” (Idem, ibidem). Portanto, o julgamento desses crimes não diz respeito exclusivamente às suas vítimas, porque não são somente elas quem sofrem com a cultura autoritária herdada: “[...] que o digam os pataxós queimados, os presos de Carandiru e toda a legião de sub-cidadãos, vagando nas margens do sistema” (REIS FILHO, 2001).

E as filhas e filhos dos atingidos pelo terror do regime, como se posicionam? Não há, entretanto, uma visão homogênea, alguns colocam a denúncia como forma de continuar a existir apesar do que ocorreu:

Só contei essa história do ódio, porque as pessoas vêm dizer assim “ah, mas ódio, vingança, tudo isso é, isso consome a pessoa, isso é um sentimento ruim”. Alguém disse alguma coisa dessa aí. Aí foi. Eu peguei, fiquei muito puta da vida, aí comecei a falar. E eu chorei muito dessa vez, na frente de políticos, de gente, gente que eu não conhecia. Foi a única vez que eu me expus realmente assim. Que foi a história de contar que eu tinha ódio, achava muito bom ter e tinha raiva de quem não tinha, certo. Que eu achava que tinha que ter mesmo, né? Que era papo de cristão babaca essa história de dizer que não tem que ter vingança, que não tem que ter ódio, que não tem que ira de nada. Aí é vingança, é vingança. Como tudo na vida, consome. Porque a gente nasce depois a pessoa começa, depois de uma certa época a pessoa morre, né?, não produz mais células novas. Então vingança, consome como qualquer outra coisa, né? Então é vingança, é aquele tal do prato que se come frio e tal. Que a gente acalenta, trata bem dela, porque é um negócio que vem devagar, né? Então a minha já tá mais ou menos feita, tô satisfeita. E então eu sou, meus projetos de vida em termos, nesses termos, é mais ou menos, realizados, porque pra onde eu fui, no começo um pouco motivada por minha mãe, depois por mim mesma, pra onde eu fui, eu contei essa história e enchi um pouco o saco. Às vezes eu acho que falo demais disso e tal. Às vezes tem, eu já fiz a experiência que é passar anos com pessoas, sem jamais ter contado alguma coisa, e já fiz a experiência de contar tudo, de várias vezes encher o saco. Porque a gente tem medo, hoje em dia nem tanto, quase nada, mas eu tinha muito medo de ser chata, de ser, de me enlouquecer” (Janaína).

O mal-estar em expor sentimentos privados publicamente aparece reiteradamente nas entrevistas. O presente, permeado pelo choque inaudível do passado, traz à esfera pública os sintomas de que algo ainda não passou e que a anistia foi incapaz de reconciliar. Estes reféns dos anos de chumbo constituem-se “almas esquecidas, como todas, mas a quem o Esquecido não cessa de retornar para lembrar o seu débito. Não se lembrar pelo que foi e é, pois não foi e não é

nada, mas se lembrar como aquilo que não cessa de se esquecer” (Lyotard, 1994, p. 11). A aparição na esfera pública destes testemunhos difíceis de se ouvir pode possibilitar uma *anamnesis* coletiva que se oponha a uma história que se construiu como nacional através da amnésia.

Quando não há uma esfera pública de liberdade para a narrativa e a memória, o testemunho é privado da escuta e do retorno do outro, tão necessários à reciprocidade das relações democráticas. É como se a narrativa dos horrores caísse em descrédito ao levar o sujeito a ser um excluído, mesmo dentro dos laços sociais, sendo reconhecido negativamente somente pela imprudência de falar do horror frente aos interditos da democracia. O silêncio, neste caso, assemelha-se a uma sanção de punição – a exclusão ou a morte social –, subvertendo responsabilidades e gerando o sentimento de culpa em quem o transgride (Teles, 2007).

Este acerto de contas com o passado, portanto, vai além de uma perspectiva restritamente jurídica de punição dos responsáveis pelas torturas, como se nota na seguinte fala:

Sentimento de vingança eu não tenho, teve uma época assim que eu tive uma certa revolta e tal, mas eu acho que isso faz parte da vida, né. Eu acho que o que tem que ser feito é ser apurado, né, isso é um processo muito longo, porque foi muito violento, né, tem seqüelas. Da mesma forma que a gente tem o nosso pessoal da esquerda, né, sofreu demais e tal, tem gente do governo que ainda tá aí ainda, né, que ocupa cargos importantes e tal. Isso faz com que o pessoal da esquerda, né, as vítimas da repressão na época, tenha assim, uma certa, um certo receio de falar certas coisas, né, um certo receio de colocar público, e até assim, de forma, não é todo mundo que quer expor, que pensa como a gente, que quer expor as coisas, que tenha nome de rua, que seja dita a história verdadeira, que circunstâncias que foi a morte. Eu acredito, não é o caso da minha família, mas eu acredito que tem muita gente que tem medo de saber como que foi morto realmente, né, tortura, esse tipo de coisa, eu acredito que tem gente que pensa assim. Então tudo isso tá meio obscuro, tá difícil de, mas sem dúvida ainda é um grande caminho, né. Eu acho que, quem sabe daqui a alguns anos a gente vai conseguir deixar as coisas mais, porque a gente tem aí, casos de pessoas que foram torturadas, que foram presas, que né, tão sendo entrevistadas, tão sendo, né, então é difícil, né, ainda é difícil. Agora assim, sentimento de raiva, de vingança, eu não tenho não. Não eu tenho só, eu gostaria só que fossem apuradas as coisas. Muito mais do que isso, eu gostaria que fosse, que as pessoas que participaram tivessem um reconhecimento moral, né, porque o que mais, na minha opinião, o que mais machucou, foi o fato deles terem sido tratados como terroristas, subversivos, comunistas, né, como bem pejorativo a coisa mesmo, né? Então eu acho que muita gente hoje em dia, da minha geração que não tem participação nenhuma, eles têm assim um negócio, como terroristas, né, já assimila com Kadafi, né. Com o pessoal da Arábia Saudita, com bomba, essas coisas todas, né.

Então eu acho que tem que ser feito um trabalho, né. O que eu acho que gostaria que fosse feito é isso. Agora esse negócio de prender, a gente sabe que vai ser muito difícil, então não adianta perder tempo com esse negócio: `ah, porque o major lá, Nilton Cerqueira, é secretário do serviço de segurança pública do Rio´, né, acho difícil você falar, né. Acho mais fácil tentar por um outro lado, né, quem sabe amanhã, um dia, virá" (Ernesto).

A percepção da dificuldade em punir juridicamente, herança do passado autoritário que se repete sem cessar, se, por um lado, pode gerar o ressentimento, como afirma Edson Teles em sua tese de doutorado: "[...] ressentem-se não mais do sofrimento e da injustiça originários, mas da duração e da dureza do silêncio, de suas distintas práticas e de sua manifestação de valores que não dialogam entre si, antes se excluem" (Teles, 2007, p. 63), por outro lado, gera a criação de outras ações não menos importantes como o reconhecimento público daqueles que lutaram contra a repressão enquanto sujeitos políticos legítimos.

As indenizações, conquista importante no reconhecimento das violações dos direitos fundamentais pelo Estado, fazem parte de um largo processo de busca pelos corpos e das causas das mortes, o que requer a disponibilização de todas as informações contidas nos arquivos estatais. Não se trata, portanto, de revanchismo (como aparece no discurso de militares envolvidos com a ditadura), mas de um direito daqueles cujas vidas foram determinadas pelas imposições das circunstâncias políticas da época:

Essa etapa que nós, familiares de mortos e desaparecidos do tempo da ditadura – Agora, esta etapa, [inaudível]. O que é uma anistia? Uma anistia, o jeito que foi feita a anistia brasileira, equivale ao esquecimento, inexistiu o período de 64, no Brasil, até 79 não existiu, vamos esquecer. E não é essa anistia que, não é esse o conceito de anistia, né. O conceito de anistia, a meu modo de ver é um reencontro com a história, com o passado, é, onde houve erro, ressarcir esses erros de alguma forma – Isso não se coloca. E acho que essa indenização é a minha culpa tímida, timidíssima, não sei se essa palavra existe (...) e não substitui nada, a vida de ninguém, mas também não é comprar o sentimento, uma luta, uma idéia. Eu acho que faz parte desse acerto, principalmente, quando nada tivemos que sair do Brasil. Tem muitas coisas que são indenizáveis. Tudo bem, nós tivemos uma vida maravilhosa em Cuba, meus irmãos conheceram as companheiras deles, tiveram filhos lindíssimos, foi um período da vida assim, eu acho que vai ser o melhor da vida nossa, mas eu sou brasileiro e eu fui proibido de viver no meu país por 17 anos quase, mas um dia fui proibido de viver no meu país, e não só pela questão econômica, também pela questão política. Como meu irmão comentou, relatou no começo, távamos sendo

vigiados constantemente, pressionados e tal, e então nós fomos obrigado (Gregório).

Ou também:

O triste quando eu paro assim pra pensar, que eu gostaria assim de não ter só uma imagem, gostaria de ter a outra pessoa, ter meu pai, poder construir encima de uma pequena base que surgiu quando eu tinha até os sete anos. Não só eu acho que meu irmão, minha mãe, os amigos da família, minha avó, quando tiraram a pessoa do meu pai da vida da gente foi muito mais do que o público sabia. Isso na vida de qualquer um. Tem uma percepção de que tá fora, mas de quem tá dentro, só quem tá dentro sabe. E isso é presente até hoje, essa falta. E às vezes, eu tenha até, a gente tem que levar adiante, a gente tem que procurar por justiça, procurar os fatos, punir os culpados, não por uma ideologia, porque as pessoas foram mortas, mas pelo que elas causaram a essas famílias. A minha família, a família do Marcelo Rubens Paiva, a família de tantos outros, que eu tenho certeza que a gente deve ter alguma coisa em comum (André).

Essa questão não é consensual, como podemos ver em outra fala:

Muita gente me pergunta, porque você não entra com um processo contra os caras que lhe prenderam, que lhe privaram? Internamente pra mim tem um negócio, eu tava brigando com eles, entendeu? - Então eu vou pedir indenização pra eles ainda? Depois, o quê, podem até tentar me convencer do contrário, mas eu ainda hoje acho o seguinte, eu tava brigando, entendeu? Agora eu vou pedir, porque eu apanhei do inimigo que eu enfrentei, pedir pra ele me indenizar? Eu acho muito complicado, entendeu? Acho que pra os mortos não, os mortos tem obrigação de pedir indenização, reparação, o cara tem que ir pra televisão pedir desculpas, tem tudo, entendeu? Eu acho que isso tem que ser feito. Agora pessoalmente, eu que era militante, que enfrentei e tudo, eu fica meio...(Ivan).

Arendt sustenta que só é possível perdoar aquilo que se pode punir. Em relação aos crimes dos nazistas, ela afirma com um ceticismo estranho a seu pensamento em geral:

Isso nunca deveria ter acontecido, porque os homens serão incapazes de punir ou perdoar. Não seremos capazes de reconciliarmos com o fato de chegar a um acordo com o acontecido, como devemos fazer com o que é passado - quer porque era ruim e precisamos superá-lo, quer porque era bom e não toleramos seu desaparecimento. É um passado que se tornou pior com o passar dos anos, em parte porque os alemães por muito tempo se recusaram a processar os assassinos no seu meio, mas também em parte porque esse passado não podia ser 'dominado' por ninguém. Até o famoso poder de cura do tempo de certo modo nos faltou. Ao

contrário, esse passado tem conseguido tornar-se pior à medida que passam os anos, de modo que somos às vezes tentados a pensar: "isso nunca estará terminado enquanto não estivermos todos mortos" (Arendt, 2004, pp.118-119).

Na impossibilidade de um esquecimento completo das marcas do passado, que só a morte ou um estado de animalidade permitiria, e um certo esquecimento como condição de potência da vida, os filhos e filhas da resistência oscilam entre uma postura ou outra mas não deixam de considerar o testemunho como uma manifestação ético-política e de lutar contra formas instituídas de silenciamento.

#### 4. TESTEMUNHAR O ESQUECIMENTO: o lugar da fala – a narrativa.

De que se trata quando se reivindica o direito à memória? É o mesmo que reivindicar a “verdadeira história”? Nos dois casos o que está em questão é uma luta de sentido ético-político contra a hegemonia dos vencedores na interpretação da história considerada como oficial, não só em relação aos acontecimentos históricos como também no que diz respeito a seus opositores. A história destes foi sendo montada a partir da figura do “subversivo” que colocava em risco a ordem estabelecida e a sociedade como um todo. Essa construção levou décadas e se mantém em grande parte até hoje.

Com os desaparecimentos forçados começaram as buscas por informações por parte dos familiares, companheiros e ex-presos políticos que viveram situações de tortura, buscas essas que resultaram em organizações não governamentais tais como o *Tortura Nunca Mais* e a *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos*, que hoje ampliaram suas atividades denunciando casos de maus tratos nas prisões, torturas, violações aos Direitos Humanos por considerar que estas são as consequências diretas dos anos de arbítrio e de sua impunidade. A recusa em abrir os arquivos da ditadura, que possibilitasse o exame em profundidade das circunstâncias em que ocorreram as mortes, do paradeiro dos “desaparecidos” para que seus familiares pudessem enterrar seus mortos dando direito ao luto e à identificação dos responsáveis para que pudessem ser julgados por seus crimes, o que a Anistia assinada em 1979 não permite, prolonga até hoje uma tensão que se atualiza a cada sinal de que algo “que deveria ficar esquecido” tenta vir à tona.

Por essa razão, até hoje, essas organizações continuam assumindo como compromisso o resgate histórico desse período. Ao mesmo tempo há nesses grupos uma produção teórica relevante que foi se constituindo a partir das mudanças na própria prática. Assim, ao procurar responder às questões suscitadas pela luta pela memória e ao opor-se à versão oficial da história, problematizaram a expressão “verdadeira história” e compreenderam que esta não pode significar a simples reunião de fatos comprovados mediante documentos, fotos, ossadas nem o acúmulo de entrevistas, depoimentos, questionários, estatísticas que permitam descrever a realidade com a maior neutralidade possível, embora continue sendo um objetivo

dos mais importantes desses grupos, como maneira de pressionar a abertura dos arquivos.

Como diz Irene Cardoso (1993, p.59): “A história mal contada implica uma história bem contada, supõe um ‘ponto de apoio fora do tempo’, uma instância moral que julga segundo uma ‘objetividade apocalíptica’, que pode ser o tribunal da história”. E prossegue: “Ambas as formulações permanecem no registro de uma verdade essencial a que a história permitiria atingir. Conduzem a trabalhar com as oposições verdade-erro, verdade-falsidade, no registro moral, portanto, da história”.

O próprio uso da expressão “desaparecido político” não é neutra. Por um lado, o “desaparecido” é uma figura herdada da mesma história que se quer ultrapassar. Segundo Janaína Teles (2000,p.11-12), filha de militantes do PC do B (Partido Comunista do Brasil), presos durante a ditadura militar, e uma das entrevistadas em *15 Filhos*, o termo “desaparecido” começou a ser usado a partir de 1973 quando começaram a se tornar públicos os crimes cometidos pelo Estado. Para a historiadora essa categoria se origina no interior de uma construção do “esquecimento”:

A imposição do esquecimento iniciou-se ainda em abril de 1964, quando os primeiros assassinatos promovidos pelo regime civil-militar apareceram mascarados pela versão de suicídio e, quando a partir de 1973, principalmente, a destruição dos opositores perdia sua eficácia, surgiram os desaparecidos: não mais havia a notícia da morte, um corpo, atestados de óbito - essas pessoas perderam seus nomes, a possibilidade de ligação com seu passado, tornando penosa a inscrição dessa experiência na memória coletiva. Sinistra construção do esquecimento esta orquestrada por meio do terror do desaparecimento de opositores políticos, porque deixa viva a morte dessas pessoas através da tortura que é a ausência de informações e de seus corpos. A seus familiares só é permitido lembrar sempre a ausência, reacendendo permanentemente o desejo de libertar-se de um passado que, no entanto, permanece vivo.

Por outro lado, Ludmila Catela (2001, p.204-6) parte dessa categoria, que, na Argentina, “[...] absorve e concentra o núcleo do que nesse país se considera direitos humanos” para fazer uma desconstrução da mesma e mostrar como ela foi “[...] construída, reconfigurada, delimitada e disputada” pelos familiares dos seqüestrados. Tendo como substrato “[...] a eficácia de laços primordiais e a negação da morte” ela serviu como “fio de união” das diferentes histórias que foram sendo contadas por esses familiares a partir das quais nasceram práticas de

denúncia da violência. Ela serviu também para a construção de uma identidade social a partir da qual ganha significado retroativamente a experiência traumática. Ser familiar de desaparecido político e não viúvo/viúva ou órfão/órfã passou a designar o lugar de onde se podiam produzir discursos, testemunhos e conquistar territórios para “fazer política”.

Que mudança se verifica quando se deixa de contrapor a “verdadeira história” à “história oficial” para lutar pelo “direito à memória” em contraste com uma política do esquecimento? Será que na idéia de “política do esquecimento” não está implícita, por contraste, a de uma “verdadeira história”? O direito à memória não é o direito à verdade?

Paul Thompson, ao buscar formular os desafios e potencialidades da história oral para a contemporaneidade, a partir da própria experiência “ao longo de trinta anos”, coloca o problema da verdade como uma questão persistente e fundamental para os historiadores orais seja qual for sua formação acadêmica, já que se trata de um método essencialmente interdisciplinar. Segundo ele, os depoimentos combinam dois tipos de conteúdo:

De um lado, eles podem fornecer uma grande quantidade de informações factuais válidas [...] que de vários modos pode-se provar como sendo amplamente confiáveis; mas ao lado disso, eles também sustentam a igualmente reveladora marca da moduladora força da memória, e também da consciência coletiva e individual. Existem os silêncios [...] nas memórias daqueles que viveram sob o fascismo, que pode ser um indício de como eles sofreram [...]. E existe a transformação ativa da memória para dar sentido ao passado vivido, ou mesmo para ligá-lo a sonhos perdidos [...] (THOMPSON,2002, p.22).

Que verdade está em questão quando se trata de memória? O ato de contar sua história remete o sujeito que fala à busca de um sentido, de uma compreensão do que lhe aconteceu no passado. Isso não quer dizer que ele passa a conhecer o passado. Mais ainda quando se trata da experiência traumática que, por definição (Freud) “[...] fere, separa, corta ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular à linguagem” (Gagnebin,2001,p2). O objeto maior das narrativas é o passado que busca realizar-se enquanto recordações. Mas o passado se refaz sempre a cada acontecimento no presente na espreita do futuro. Por outro lado, o contar supõe um ouvinte, seja o familiar, o amigo, o entrevistador ou aquele que vai ver o vídeo. No

processo, há ainda a transformação do que foi dito em registro escrito e reconstrução das histórias ouvidas. É a temática memória/história que se coloca quando se faz essa questão.

O debate entre os estudiosos consiste em discutir se entre memória e história há equivalência ou não. Para o sociólogo Halbwachs, memória coletiva, que é uma construção social, e história são antinômicos. As lembranças individuais são sempre coletivas porque nunca estamos a sós, pois o outro está em nós. Na falta de uma repetição ancestral das origens, do mutismo dos costumes e da tradição, o sentimento de continuidade é procurado nos “lugares de memória” na medida em que parece ser aonde se refugia a memória. Considerando a memória como sinônimo de “lembrança viva” e a história sendo do domínio da escrita, objetiva, não pode haver mediação de uma para a outra. Quando a história começa seu trabalho é porque a memória se extinguiu. Embora a história se esforce em salvar a lembrança viva transformando-a em narrativas, essa ponte não é viável já que a história não consegue recriar a experiência do presente oferecida pela memória. Ele indaga:

[...] Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados? (apud MONTENEGRO,2005,p.22).

Na mesma linha, Pierre Nora (1984,p.XVIII), na Introdução a *Os lugares da memória*, retoma a idéia da memória como algo vivo mas para afirmar que não há mais a memória “verdadeira, social e intocada” cujo modelo ele encontra nas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas. Nelas, a memória sem passado (dos heróis, das origens e do mito) não se separa da história, ou seja, daquilo que a conta sempre no presente eterno. Com a aceleração da história, com a idéia de que é possível e é até um dever a mudança, impulso que se tornou compulsivo na modernidade, o distanciamento entre memória e história se consumou. Para ele tudo o que hoje se chama memória não é mais a memória verdadeira, mas história. Ele aceita, porém, que se trabalhe com esse vocábulo desde que se tenha consciência clara da distância que separa a memória verdadeira da memória transformada pela passagem da história. Esta última é “voluntária e deliberada, vivida como um dever e

não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva, e não mais social, coletiva, englobante” (Idem,p..XXV)

Na falta de uma repetição ancestral das origens, do mutismo dos costumes e da tradição, o sentimento de continuidade é procurado nos “lugares de memória” na medida em que parece ser aonde se refugia a memória. Mas, diz Nora: só há lugares onde a memória não está mais viva. Mas, por outro lado, esses lugares pertencem aos dois reinos. “O que os constitui é um jogo de memória e história, uma interação dos dois fatores que chega à sobredeterminação recíproca. ”Tal interação só se dá se obedecer a dois princípios: que haja vontade de memória e que a história, o tempo, a mudança intervenham. (Idem, p.XXXV)

Michael Pollak (1989,p.3) mostra como a perspectiva construtivista parte do caráter potencialmente problemático da memória coletiva tal como Maurice Halbwachs a descreve, em alguns momentos como um processo de negociação e cita: “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum” (apud POLLAK,1980)

A história oral inverte a posição de Halbwachs ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, acentuando o caráter “destruidor, uniformizador e opressor” da memória coletiva nacional. “A memória entra em disputa”, diz Pollak (Ibidem). Tal preferência pelas memórias subalternas que se opõe à “memória oficial” está relacionada, segundo ele, às verdadeiras batalhas da memória a que se assiste, nos últimos quinze anos na Europa. O que as análises que acentuam o caráter de duração e estabilidade da memória nacional e partem da idéia da função de coesão (não-coerção) da memória comum, deixam passar é o trabalho de subversão das memórias subterrâneas que “no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (Ibidem). São os ressentimentos acumulados no tempo, acrescidos da lembrança de sofrimentos que não puderam ser publicizados, que emergem com efeitos múltiplos e dificilmente previsíveis.

Transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade/afetiva e/ou política, as lembranças são zelosamente “guardadas em

estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. Nelas existe zonas de sombra, silêncios, não-ditos” que variam desde os silêncios conscientes ao reprimido inconsciente que, no entanto, quer se dizer.

A clivagem entre memória oficial e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, embora estudada mais em relação à oposição entre Estado dominador e sociedade civil, ela é encontrada nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.

A heterogeneidade de memórias subterrâneas rompe com a idéia de coesão da memória oficial. Com o fim de perceber a heterogeneidade de memórias, das quinze entrevistas obtidas, selecionei três que se diferenciavam entre si por ocuparem lugares de fala distintos: Janaína Teles é filha de ex-presos políticos que estão vivos (memória da presença); seu primo Joca Gabrois é filho de pai desaparecido (memória da ausência); e Ivan Seixá cujo pai foi morto e tem a peculiaridade de ter sido ele próprio militante contra a ditadura (memória da ação). Constituem-se tipos de memórias distintas, mas com a característica comum de afirmarem a importância imperativa do resgate das memórias daqueles que testemunharam o que a ditadura quis fazer esquecer na construção de uma memória única ou, de forma mais elaborada, consensual.

#### 4.1 JANAÍNA TELES

Janaína Teles de Almeida, filha de César Augusto Teles e Maria Amélia Almeida Teles, ambos militantes do PC do B, foi presa, com cinco anos, juntamente com seu irmão, Edson Luís Teles, com três anos, e sua tia Criméia de Almeida, em 29 de dezembro de 1972, um dia depois da prisão de seus pais.

Janaína diz ter poucas lembranças da infância, mas que são lembranças muito marcantes. Conta ter tido uma relação de muita honestidade com seus pais, de tomar banho junto, de acordar cedo, fazer o café da manhã junto com eles e, depois, de seu pai ir trabalhar de motorista de táxi, “porque o disfarce era que ele era motorista de táxi, né, que tinha que fazer um monte de coisas, né, levar um monte de gente pra lá e pra cá, [...] então, esquentava o carro, lavava o carro, aquelas coisas todas de família normal, tradicional, né, e de levar uma vida normal”. E acrescenta uma frase que só se entende a partir de um pensamento crítico do que

seja normalidade: “Normal é uma palavra feia, mas enfim...”. Suas lembranças são de normalidade, mesmo a existência de armas na casa. Lembra de uma árvore na casa, de um jardim, do pai lhe ensinando a assobiar “que ele tem o lábio mais grosso, né? Admite que pode ter fantasiado um passado de ouro, porque sua vida mudou muito depois de sua prisão e a de seus pais, pois considera provável ter percebido climas de tensão, pois todos andavam armados e sua casa era um aparelho do partido, tinha uma gráfica, falsificavam documentos. Uma afirmação recorrente é que ela esquece o que disseram para ela que tinha acontecido e que, por isso, tinha que perguntar de novo. “Eu não sei mais nada praticamente, além disso, do que eles faziam – tudo isso também eu fiquei sabendo muito mais tarde. Eu acho que diversas vezes eu fiz a mesma pergunta – e diversas vezes eu esqueci – e diversas vezes eu perguntei de novo, né? Durante..., dos seis anos aos vinte anos, né? Então, a gente esquece muitas vezes a mesma coisa que já sabia.”

Foi presa com 5 anos e lembra, desse dia, que os militares entraram em sua casa e sua tia disse para que ela fosse para o último quarto e ela tentava ouvir dali o que estavam falando, querendo ouvir “desgraçadamente o que tava havendo”. Ela explica essa curiosidade porque seus pais devem ter lhe “escondido 500 mil coisas”. Como forma de corroborar essa idéia, ela associa esse momento com uma lembrança ligada ao quarto dos fundos onde tinha a gráfica: “meu pai trancava, aquilo lá ficava fechado a sete chaves. Dizem que foi por isso que ele teve a tal da pancreatite, porque ele cheirava muita coisa, muito veneno pra revelar, tinta, não sei o que. E uma vez eu peguei fui lá botar a carinha assim no vão da porta e meti a mão, tinha uns três anos, e meu pai sacou que eu tava chegando perto, saiu correndo para fechar a porta, fechou a porta na minha mão, e eu lembro que fiz um escândalo”.

Retornando à situação em que os militares entraram na casa, ela afirma que, depois de estarem ali um tempo conversando, levaram a ela, a seu irmão e à sua tia para um camburão cheio de armas e foram para a Operação Bandeirantes. Ali estavam seus pais, que haviam sido presos na noite anterior. Lembra que ao encontrar com seus pais “nenhum dos dois não mexeu nem a boca, não mexeu nada. Os dois tavam verdes, esverdeados. Assim, né? Eles tinham sido torturados a noite inteira, né? Os dois tinham desmaiado, nessa noite mesma, meu pai tinha entrado em coma porque ele era diabético e tinha acabado de sair do Campos do

Jordão que ele tava tuberculoso, ainda estava tuberculoso”. Haviam dito a ela que ali era um hospital, mas logo desconfiou disso porque “tava muito esquisito, tinha muita gente de verde, o lugar era muito escuro, tinha gente jogando sinuca, onde já se viu jogar sinuca num hospital?” Mas via que eles estavam doentes: “aí eu tive plena certeza porque eles não mexeram nem a boca, né? A gente era muito alegre, a gente abraçava, a gente abraçava, e eles não me abraçaram, não me beijaram, não fizeram nada, ficaram lá, quietos. E tinha uma mesa quadrada pequena encostada acho que na parede, tinha dois pratos de sopa, e pão, assim, pão mergulhado na sopa, e intactos assim, tudo intacto assim”.

Ela tenta reconstituir o que antecedeu à prisão dos pais através das lembranças da mãe. Diz que esta última conta que, no corredor da Operação Bandeirantes, seu irmão teria ouvido os gritos de Carlos Nicolau Danielli, um dos principais dirigentes do PC do B, na época e que ela e o marido foram presos junto com ele. Foi um tempo de muita tensão pois várias pontos tinham caído e várias pessoas tinham sido presas. Lamenta que a reconstrução dos fatos que antecederam a prisão de seus pais e de Danielli continue muito confusa ainda e que para sua reconstituição necessitaria da ajuda de alguns dirigentes do PC do B que sobreviveram, mas que estes não falam sobre isso, já que sua família tornou-se *persona no grata* naquele partido.

Depois de libertada, foi levada a Belo Horizonte, à casa de uma irmã de seu pai que ela não conhecia. O marido dessa tia era delegado da Delegacia Central de Belo Horizonte e era muito violento. Conta que “botou uma arma em cima da mesa dizendo que não era pra ficar perguntando nada de pai coisa nenhuma”. E sua tia a tratava como empregada. “Então, eu sempre senti o seguinte, eu sempre senti muita dor por conta dessa prisão, porque eu fiquei seis meses sem saber nada dos meus pais, eu fui seqüestrada. Eu fui levada pra pessoas da família, mas pessoas que eu não conhecia”

Após seis meses, sua tia Criméia, que havia sido solta antes de seus pais, foi buscá-la em Belo Horizonte. Teve que pedir autorização para os pais no Carandiru, pois a família onde estava não deixava que falassem com as crianças. Lembra que no dia em que ela foi busca-la, Criméia queria sair rápido da casa mas ela foi ao banheiro e o filho daquele casal a trancou lá dentro, “aí meu, eu gritei tanto pra [a tia Criméia] não me largar, porque eu achei que ela ia me largar lá dentro de

casa, na casa dele lá e que nunca mais ia me buscar, fiz um escândalo, aí a empregada me soltou e eu saí correndo. E a Criméia já tava lá na esquina, e eu falei assim, 'você ia me largar aqui, não sei o quê, que absurdo!' E ela me contou que quando ela nos encontrou a primeira vez, a gente, ela disse que eu chorava muito, que reclamei que meus pais tinham me largado lá, que eu tava puta da vida com eles". Ficou mais seis meses com essa tia e lembra que foi visitar seus pais no Carandiru.

Associa essa visita que fez aos pais, na época, e da qual não lembra muita coisa com a ida, recentemente, para fazer uma filmagem, aí, sobre a chamada "chacina do Carandiru", para tentar evitar que essas mortes também fossem esquecidas: "a gente ficou fazendo muito agito aí pra que os corpos não fossem ocultados da mesma forma que os desaparecidos políticos foram, através de uma vala, ou através de nomes falsos e tal, então a gente ficou acionando a imprensa, o serviço funerário e tal pra tentar".

Ficaram em Belo Horizonte uns dois meses e foram para a Baixada Fluminense onde seus avós moravam e onde nascera. Quando seus pais foram soltos, foram para lá, mas seu pai continuou a fazer imprensa clandestina e foi preso de novo. E conta suas visitas ao presídio em que seu pai estava. Conta que ficava fazendo colares, desenhos em couro, etc. No aniversário de seu pai, fez uma poesia que se chamava *Dói gostar dos outros*, que foi publicada na Itália, na França, em jornais alternativos brasileiros da época e em um livro de História do Brasil. Sua tia, Criméia, ao explicar a violência dos militares, disse que "eles não gostam da gente, e aí a gente foi preso, você viu que você foi também, eles bateram muito no Danielli". E que em seu discurso colocava as crianças também: "você viu que você foi também". Ela não se lembra se ela falou Danielli ou se falou "tio Sig". Lembra de sua indignação quando descobriu que não sabia nem o nome de seus pais: "aliás, que eu não sabia nome nenhum, achei um absurdo, né, como que eu sou filha de alguém e não sei o nome deles? Tô com eles todo dia e eu não sei o nome deles? Mas logo entendeu da seguinte forma: "ah, eles acharam que era o mais certo, né? Que como eles tinham vários nomes, era melhor eu não saber nome nenhum, e chama de mãe e pai e tá tudo certo, né?"

Depois que seu pai foi solto, ela o ouviu falar dos militares com muito ódio, começou a chorar e pensou: "eu sou uma idiota, é claro que tem que ter ódio, se eu

não tiver ódio eu sou uma barata, né, sou uma idiota, sou uma imbecil!” E decidiu que também sentiria ódio. Ficou então, muito tempo na dúvida se o ódio que sentia era emprestado de seus pais ou era dela mesma: “por isso é muito importante saber se a lembrança é minha, saber se o ódio é meu, se o choro é meu, sabe? Porque como a gente era muito unido e ele passou muito tempo preso e eu tive que acompanhar isso”. Depois de muito tempo, expôs esse sentimento em público quando alguém disse que ressentimento era uma coisa ruim, conta: “Fiquei muito puta da vida, aí eu comecei a falar. Eu chorei muito dessa vez, na frente de políticos, de gente, gente que eu não conhecia. Foi a única vez que eu me expus realmente assim. Que foi a história de contar que eu tinha ódio, achava muito bom ter e tinha raiva de quem não tinha, certo. Que eu achava que tinha que ter mesmo, né? Que era papo de cristão babaca essa história de dizer que não tem que ter vingança, que não tem que ter ódio, que não tem que ter ira de nada”. Depois, com seu envolvimento no resgate dessas histórias, seus sentimentos foram se elaborando e diz que sua vingança está “mais ou menos satisfeita”, porque “pra onde eu fui, no começo um pouco motivada por minha mãe, depois por mim mesma, pra onde eu fui, eu contei essa história e enchi um pouco o saco”. Chegou a ter medo “de ser chata, de enlouquecer”.

Ela diz da dificuldade de dizer na escola que seu pai estava preso e não era ladrão. Sua indignação era que seus colegas não sabiam do que estava ocorrendo no país. Na escola Equipe, começou a fazer movimento estudantil, mas não contou para ninguém que era do PC do B e que seus pais eram presos políticos. Algumas pessoas sabiam, outras não, mesmo porque, diz, ela não tinha muita certeza que queria ser do PC do B e se fosse, teria que ser por decisão própria, “e não podia ser uma influência materna ou paterna, mas obviamente que era, né?” Ela lembra de ter vergonha de ser o mesmo que seus pais. Até mesmo as lembranças deviam ser próprias. Há um momento “que influenciou hoje a gente tá aqui”, referindo-se ao filme *Que bom te ver viva*, em que percebeu que o inolvidável era característica da tortura, ou seja, ela não era anormal por não poder esquecer o passado. Sabendo disso, podia esquecer, “era a hora exata de desencanar”.

Sempre se perguntou se sua história era melhor ou pior que a dos outros, cujos pais foram assassinados, por exemplo. Um dia lembra de ter perguntado ao pai se não sentiu medo, mas que só perguntou porque ele estava de costas,

dirigindo o carro e ela atrás. E ele respondeu que sim que sentiu medo quando estava sendo torturado e ela ficou mais tranqüila, pois achava que ela não tinha que ter medo: “porque eu achava que não tinha que ter medo e eu achava, falei assim “ah, e se botarem um cigarro na minha mão e queimar, eu vou, vai doer, eu vou sentir medo, eu não vou, eu não gosto, eu não quero ser torturada” eu fiz assim “se tiver golpe, piorar de novo...” (interrompida), “se tiver golpe de novo, se eles me torturar, eu não vou gostar, eu não quero isso. O que é que eu vou fazer? Porque meus pais, acho que vão querer ficar, eu acho que eu vou querer ir embora, eu não quero ficar aqui.” Ensaiei várias vezes a hipótese de ir embora, o que é que eu ia fazer”. E tinha a idéia de queimar sua mão com cigarro para saber se agüentaria não falar o nome de ninguém. E quando soube que se fazia greve de fome na prisão, ela pensava: “ai meu deus, como é que eu vou ficar sem comer? Eu não quero ficar sem comer!” eu falava tudo isso. E quando eles tavam em greve de fome, eu falava “não quero fazer isso!” Sua idéia era a de que não poderia desapontar seus pais e que tinha que agüentar tudo o que eles agüentaram. Ela diz que desde cedo assumiu a responsabilidade em contar essas memórias porque as outras pessoas, “outros filhos de presos políticos (...) não tavam muito interessados” em política. “Desde essa época eu achava que tinha uma coisa de filho, que filho era uma coisa diferente”.

Em relação aos seus pais, ela não os culpa pelo que ocorreu com ela, a responsabilidade é dos militares, afirma. Diz que “foram muito conseqüentes e possuem muita “tranqüilidade em relação à postura que assumiram, sendo, por exemplo, testemunhas da morte de Carlos Danielli em processo de auditoria militar”. Sua opção por militar teve muita influência de seus pais, como referências, porque “sempre foram muito corretos comigo e com as pessoas que estão em volta”. Entretanto, isso também é difícil, “atrapalha, porque são muito coerentes até demais e muito corretas, e isso você fica tentando ser igual, principalmente quando se é muito jovem. Então tinha essa idéia que eu tinha que agüentar quando eu fosse torturada, tinha que agüentar igual como eles agüentaram”.

Quanto a expressar seus sentimentos, suas memórias, em público, ela percebe como uma contradição, “porque, por isso que é difícil de vir aqui, porque de qualquer modo, não é da conta de ninguém se eu chorei assim, se eu chorei assado, se eu senti ódio, se eu não senti, não é da conta de ninguém”. Por outro lado, ela

achava que a sociedade foi também responsável por deixar o golpe acontecer: “essa sociedade, de algum jeito, não conseguiu se acertar e deram um golpe e eu levei, sem saber”. E logo: “não é assim que eu pensava, né? Eu tô tentando traduzir, não é assim”. A tradução referida é a feita pelo presente, não era assim que ela pensava na época, mas no repensar atribui sentidos a esse passado.

Vê continuidades em sua forma de pensar-se. Hoje, afirma, ela se sente diferente de outras pessoas por ser “politizada”, assim como no passado sentia o mesmo quando percebia que ela “sabia alguma coisa que elas não sabiam”. No passado e no presente, no entanto, ela não sabe até onde isso foi e é uma vantagem, pois vê desvantagens como, por exemplo, “ser preso de gaiato” ou sentir muita solidão, “essa sensação de abandono”, por ter ficado muito tempo sozinha em casa. Sentimento reatualizado toda vez que ouve a Chico Buarque e Milton Nascimento, pois ouvia muito na época, copiando as letras e tentando entender o que queriam dizer: “Aquele disco, *Meus Caros Amigos*, do Chico, era o disco que o pessoal..., eu ouvia o pessoal do presídio falando e, eu não entendia direito, depois que eu entendi que era uma carta. Era uma simulação de uma carta ou era uma carta para pessoas, amigas do Chico, que tavam no exílio. Mas eu não tinha, na época eu não entendia direito, mas eu sabia que tinha alguma coisa a ver, eu sentia e tal. Então, pra mim, é muito triste esse disco. É um disco que eu gosto, mas nunca mais ouvi, desde aquela época, desde que lançou o disco, nunca mais ouvi, porque eu acho, pra mim, é triste”. Sobre a solidão, ela não saberia “dizer assim rápido”, é uma daquelas coisas cujas lembranças não são muitas, mas com relação à qual teria “muita coisa pra dizer”.

Sua opinião sobre as pessoas que falaram sob tortura mudou. Antes tinha muita raiva dessa atitude, mas quando foi trabalhar na comissão da prefeitura de acompanhamento na identificação das ossadas na vala de Perus e ir aos arquivos do DOPs, começou a ler documentos de pessoas que estavam sendo torturadas e percebeu que algumas pessoas davam depoimentos que duravam nove horas e falavam somente uma página, então ela conclui: “esse cara tá apanhando.”

Lembra as rixas entre grupos políticos dentro do presídio. Apesar de muito pequena, ela percebia que em algumas celas ela não podia entrar, pois “eram de grupos que não se davam muito bem com o meu pai, por exemplo, que era outro grupo político e tal, outros grupos políticos”. Hoje, percebe que ainda existem essas

brigas políticas, mas para ela isso é “uma bobagem” e procura igualmente a todos os desaparecidos no arquivo do DOPs: “precisa desse cara aqui, precisa de informação desse cara porque nós vamos achar o corpo dele, tem uma pista e tal, ou precisa porque a família veio, não conhece a história. Toda vez a gente é meio a base da procura mesmo de alguém ou de prioridades que vão sendo definidas na hora”.

Trabalhar nessa comissão da prefeitura, conta, foi importante porque aprendeu muito, falando, tratando do assunto. Antes, mesmo tendo sido sempre, “desde cedo”, uma preocupação sua, tinha feito coisas marginais a isso, como participar de movimento estudantil, porque seus pais não faziam. Nessa comissão, entrou por concurso, mas quase desistiu por sentir tão difícil trabalhar com sua mãe. Mas no final conseguiram, entrando em um acordo de que quando Janaína precisasse perguntar algo do trabalho, não perguntaria a ela, “e dá certo, a gente briga um pouco de vez em quando, mas dá certo”.

Cursou História e fez sua dissertação de mestrado sobre a ditadura. Quase desistiu por não saber se queria fazer isso mesmo. Conta que foi uma prova para saber até onde pode emocionalmente suportar saber e falar sobre a época: “vi foto de gente morta todos os dias, falei de morto todo dia, e vi onde são os meus limites, e aí gostei de saber, fico muito mais tranqüila, né?” E se sente vingada, pois o verbo vingar, comenta, tem mais ou menos quinze acepções, dentre as quais significa “estar, tornar-se maduro, tornar-se crescido, é também reparação, vingar é também reparar, né?” Por isso afirma que sua vingança está mais ou menos feita, porque o que deseja é que as pessoas saibam o que ocorreu. Hoje, se sente mais amadurecida, pois tentou entender ao máximo tudo isso e pode falar com mais tranqüilidade. Antes, reflete, ela havia ido “muito pelo caminho emocional de tentar entender essas coisas sem ler muito sobre isso e tentava fazer o mestrado quando queria era elaborar isso psicologicamente”. Mas, ao mesmo tempo, sentia como sendo muito importante a denúncia política. Hoje, ela vê “que um ciclo tá sendo fechado” e se sente vingada. Em relação ao país, porém, estabelecer tais elos ainda é muito difícil, porque “ainda não se sabe quase nada, pois a lei dos desaparecidos é muito falha, nega o tempo todo ou tenta negar a possibilidade de investigar as circunstâncias das mortes. Ou que não é que se nega, ela se nega a ser clara nessa atitude, o Estado se nega a ser claro nesta busca das circunstâncias, e isso é uma, é quase uma farsa, como foi a anistia, né?” Mesmo o projeto *Brasil nunca mais*, é

incompleto, afirma, pois apesar de ter o seu caso, o do irmão, não tem “o de Joca, né, de outras pessoas, porque minha tia não foi processada”.

Vê também que os responsáveis pelas mortes e torturas deviam ser punidos, “porque vingar significa punir também. E a punição pra esse caso é parecido com a personagem da *Morte e a Donzela*, que até se tornou filme em palcos hollywoodianos, né? É que ela diz que não ia adiantar ela matar o cara, não ia adiantar. Ela até pensou em torturar o cara, mas ela ia precisar que o marido dela estuprasse o cara porque ela não ia poder estuprar. E aí ela vai explicando pra ele, né?, que nada satisfaz, que todas as possibilidades de vingança dela são, não são, não a satisfazem. E aí, ela não fala assim, mas no final dá para entender isso, que o que ela quer é a vergonha que ele possa sentir perante todas as pessoas, né? Ela quer que todas as pessoas saibam o que ele fez com ela e com os outros, né? Por isso ela tenta gravar em vídeo o depoimento do cara, mas o cara só diz, realmente, o que ele fez quando já está à beira da morte, né?” Entretanto, no caso dos militares, ela duvida que sintam vergonha e pensa que deveriam ir presos “e que todos os dias não poderem andar mais de dois metros, perceberem que tão ali porque mataram as pessoas, e não só mataram, mataram com requinte de crueldade, né?” Mas acha praticamente impossível que ocorra isso no Brasil. Por outro lado, o que se pode ser feito é a busca das informações para que a sociedade saiba o que aconteceu: “então, é as pessoas saberem que isso aconteceu. Se elas quiserem saber o que aconteceu, se elas quiserem recriar e restabelecer os elos de suas vidas com o passado, com a vida pública de seu país, elas vão poder, porque a gente tá indo atrás dessas informações”. Acrescenta que isso é uma escolha que muitos não têm por acharem que não influenciou nada na vida deles 30 anos de ditadura.

Fala que tem muita preocupação em não alterar nada em seus relatos, “que eu não tenha alterado nada, nada do meu psiquê, nada da minha psiquê altere a minha lembrança, que é ridículo, mas eu tô falando que isso é uma preocupação importante, né?” Diz que sua mãe gostaria que ela perguntasse mais coisas a ela, “ela já falou isso em entrevista, eu vi. Eu vi, ouvi e li, né? Só que eu não gosto muito de perguntar e eu faço o que ela faz, falo em público. Ela fala em público, falamos todos em público e resolvemos tudo em público, né? (risos). Certo, acho que é uma maneira de escamotear, mas é uma das poucas famílias e pessoas que fazem isso,

que resolvem tudo em público, né? O que é, não resolve, né? Mas ajuda”. Em relação aos seus pais, tenta não “cobrar nada deles”, pois é muito difícil para eles falar sobre o período e, para ela, “dividir essa história com eles (...), divido com um monte de gente, mas com eles não”. Mesmo falando muito em público, sempre evitou chorar em público, “porque o público e o privado sempre foi muito difícil para mim”. Conta que uma vez foi para a terapia e falou para a analista que os seus iam ser presos novamente. Sua mãe, depois da terapia, lhe disse que não podia ter contado isso. Então, disse: “você decidem, tem horas que manda ficar quieto, tem hora que manda que eu posso falar tudo o que eu quiser em alguns lugares”. Hoje, afirma ser difícil saber o que diz respeito a ela somente ou também ao país. Mesmo sabendo que diz respeito aos dois, ela vê ser muito confusa a separação de sua vida com a do país. Por isso foi trabalhar nas comissões, fazer o mestrado, pesquisar, para “desconfundir”: “queria saber, que é uma coisa que já pensava, o que é dor minha e o que é que não é, o que é que é mais da minha família, o que é projeção da minha mãe, do meu pai, o que é que é história deles, porque eu não tenho consciência nenhuma política aos cinco anos de idade. Então, o que é que eu tenho a ver com isso? Toda essa pergunta é vergonhosa, se preocupar tanto com esse assunto na medida que eu não tinha nada a ver com tudo isso. Mas na hora que me prenderam, eu tive, passei a ter, não teve jeito de eu dizer não tenho nada a ver com isso”. E sempre sentiu uma dor muito grande que não sabia de onde vinha. E quando viu o filme *Que bom te ver viva* foi um alívio, porque percebeu que era normal “porque tortura marca as pessoas, não tem jeito”. Pois a palavra normal para ela sempre lhe causou muita dúvida. No presídio, onde ia visitar seu pai, conhecia pessoas que eram considerados bandidos, terroristas e pensava: “pô, mas são todos gente fina” tal, né?” Ou quando contava que o pai estava preso, às vezes perguntavam: “ah, mas é ladrão ou não é?”. E isso a preocupava, tinha medo de ficar com trauma e acha que ficou. Mas depois de um tempo pensou que não ia mais “ficar pensando tudo, racionalizando tudo, enche o saco”. E não fez esse caminho, afirma.

Ela diz que sempre se condenou por não ter se especializado em nada, mas que agora já está se especializando, porque foi capaz de conciliar suas emoções e os estudos. Então há um equilíbrio, há um certo equilíbrio entre a experiência emocional e pessoal e a procura dessas pessoas, eu fiquei, “às vezes, sete, oito

horas olhando depoimento de gente torturada e tal e não, isso não me..., claro que me influenciou, me atingia, ia pra casa, ficava meio triste, mas também ia dançar, ia jogar futebol, ou qualquer coisa sem, com uma certa..., sem problema, né? Antes pensava como é que quem foi torturado ainda podia “ter filhos, nadar, viajar?” Não era a história dela, pois não foi torturada. Depois de ver o filme acima mencionado, pode perceber que foi criando “uma identidade de filho, de pessoa que foi atingida diretamente pela ditadura, por motivos políticos, não por outros motivos”. Tal identidade foi se criando por conhecer outras pessoas, quando soube que podia entrar com uma ação civil começou a procurar outras pessoas que tinham o caso parecido e que quisessem levar isso adiante juntos. Também porque o assunto dos filhos foi sendo mais discutido na imprensa, o fora-Collor, por exemplo, em que vários filhos de perseguidos políticos na ditadura foram entrevistados. A mini-série *Anos Dourados* também, segundo seu ponto de vista, ajudou a criar tal identidade, pois as personagens apareciam jovens: “hoje, quem eu conheço tem 50 anos mais ou menos, a gente via mais a coisa, dava mais cara pras pessoas enquanto jovens e, então, isso ajudou a criar uma identidade.

A abertura dos arquivos foi muito importante tanto política quanto pessoalmente, como observa: “o fato de ter conhecido, finalmente, o rosto do meu tio e, finalmente, eu achei também que o meu primo era parecido com o meu tio, porque ele não parece com ninguém aí [...], mas aí eu vi a cara do André com 19 anos, bem desfocada e tal, mas vi, e aqui assim [indica o pescoço] e tal, achei igualzinho ao de Joca”. E quando vai para a televisão outros depoimentos de pessoas que sofreram perdas familiares no período, mesmo que não concorde com alguns depoimentos, pensa ser importante a possibilidade de se debater publicamente, pois, afirma, “a libertação minha em relação a esse passado e tal, também tenho que passar por transformações do público, porque o privado depende um pouco das mudanças do público”.

A ação movida por ela não é penal, pois o crime já prescreveu, mas uma ação de reparação pelo Estado. O motivo de mover essa ação é a seguinte: “me prenderam sem eu ter relação direta com esse assunto, só porque eu era filha de alguém. Depois muita coisa aconteceu sem uma opção minha, pessoal [...], portanto, quero vingar, quero punir, e quero reparar a dor que me impuseram”.

## 4.2 IVAN SEIXAS

Ivan Seixas foi preso, no DOI-CODI, aos 16 anos, juntamente com seu pai, Joaquim Alencar Seixas, morto sob tortura. Os assassinos de Joaquim Alencar de Seixas foram identificados por seus familiares e amigos como sendo o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, o capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, o delegado Davi Araújo dos Santos, e o investigador de polícia Pedro Mira Granziere.

Ivan lembra do período como “abafado, fechado”, tal qual, diz, a música de Victor Martins e Ivan Lins, cantado por Elis Regina, *Aos Nossos Filhos*: “perdoa a cara amarrada, perdoa a falta de ar”. Os dias eram assim”, e acrescenta: “essa época pra mim, acho que era isso”. Para ele, participar ativamente, ao lado de seu pai, na luta armada, “era a única alternativa”. Sua infância foi “alimentada” pela militância dos pais, como por exemplo, a foto de Stalin na sala, os filhos dos amigos comunistas dos pais com quem brincava de ser guerrilheiro. No golpe de 64 foi quando ele pôde “entender quase que completamente as coisas”, começar a “ter uma consciência do que existia, do próprio perigo”. O pai entra na *lista negra* e não consegue trabalho, então vão para Porto Alegre. Aí inicia suas primeiras participações, em Porto Alegre, com “pequenas tarefas a título de ajudar” e lembra sentir muita emoção em estar fazendo parte da luta: “eu tava era me sentindo o rei da garotada”. Depois foram para o Rio e logo para São Paulo. Passa então, a ajudar as organizações armadas vigiando, fora, as reuniões que ocorriam em sua casa, com 15 ou 16 anos: “quem era que tava dentro de casa? Tava o Lamarca, tava guardado lá em casa. [...] O Brasil inteiro se reunia lá em casa”. A partir daí, a militância estava “a um passo”, “porque foi quase que um ritual de passagem para mim”. Seu pai, ao perceber isso, tentou impedi-lo, dizendo que ele tinha que estudar. Ao mesmo tempo em que negava, Ivan percebia em seu pai um grande orgulho. Assim, começou sua militância armada: o assalto a um supermercado, a uma joalheria, a tomada de uma fábrica.

Em uma operação em que houve um tiroteio com os militares, ele protege seu pai e conseguem fugir. Percebe então, no pai, um grande orgulho e sua confiança como militante: “porra, passei na prova, né, tô, tô aprovado aí no teste de meu pai, né, e quando chegamos em casa não parava de me beijar e tal. Foi assim o

momento que meu pai me viu como um homem não mais como um filho”. A partir daí houve uma ruptura: “agora eu sou eu, né?”

Depois, foram presos juntos e a questão do pai como referência se coloca novamente e de uma forma muito dura. Os dois são torturados em salas vizinhas e ele ouve seu pai respondendo somente “vão pra puta que pariu”, depois de dois dias é assassinado. Então, ele coloca em dúvida sua capacidade de fazer o mesmo e percebe que não poderia. A solução encontrada foi mentir, o que para ele era muito difícil, por sua educação, e afirma ter tido que passar por uma “desprogramação”: “de tudo que aprendi, de não mentir, de ser leal, de ser fiel, não sei o que, né, e aí mudou completamente, né, na minha cabeça essas coisas”.

Mesmo não tendo entregado a ninguém, entende aqueles que não conseguiram guardar silêncio, pois a condenação destes pelos ex-companheiros significava, julga, uma continuação da tortura psicológica.

Estar preso com 16 anos colocou os militares numa situação embaraçosa e ficou escondido, desaparecido, por oito meses, entre a OBAN, DOPs e o DOPs do Rio Grande do Sul: “matar dá um escândalo, condenar não pode, soltar, o cara volta pra luta e eles não querem, né? Então é um abacaxi desgraçado pra eles. Eles tentaram arrumar uma saída, né? Então me mantiveram preso escondido, era uma coisa desagradável. O carcereiro chegava lá fulano, presente, beltrano, presente ok, não, falta o Ivan, não esse não consta na lista. Quer dizer, então eu podia me matar, fazer o que quisesse, e eu convivía com pessoas desaparecidas, que depois desapareciam e tal, né?” Colocaram-no, então, na justiça militar, mesmo sendo um civil, mas encontraram uma forma de poder ser condenado pela justiça militar como atentado à segurança nacional, apesar de ser menor de 18 anos, se fosse comprovado que era responsável por seus atos.: “aí então me botaram na lei de segurança, dois meses depois me levaram para a penitenciária do estado para fazer durante dois meses uma bateria de quatro ou cinco exames que em realidade não era bem isso, né? Os exames haviam concluído que ele não era responsável criminalmente: “[...], hoje em dia dá pra ver que tava tudo preparado pra ser assim. Aí o meu caso é remetido para o juizado de menores, que aparentemente era uma coisa melhor, mas não era. Por quê? Porque o juiz militar, o juiz de maiores, o que ele fizer ele é responsável, agora o juiz de menor, você imagine a anta que o cara é nesse negócio de política”. O juiz de menor disse que preferia que Ivan fosse ouvido

no DOPs, mas o advogado do Ivan negou e disse: “não, se você fizer isso, eles vão torturar o Ivan e vão torturar você, pô”. A resposta foi a seguinte: “não, mas eu não vou, vai só o escrivão” (riso). Ou seja, o juiz sabia da existência de tortura, conclui Ivan. Foram então ao DOPs e o escrivão, apavorado liga para o juiz dizendo que ali estavam sendo pressionados e o juiz manda-os de volta ao juizado de menores. Ali, foi sentenciado a estar preso até completar 21 anos na Casa de Custódia em Taubaté. Ficou três anos ali e sua saída coincide com a morte de Herzog e depois com a de Manoel Fiel Filho, cuja morte foi “um símbolo importante porque foi a primeira vez que a gente conseguiu, a sociedade brasileira conseguiu não só dizer chega, como deu um basta e derrubou o milico. Derrubou o comandante do II Exército, o Ednardo D’Ávila Melo, né? E aí desencadeou um processo de encerramento dessa fase aí. Quando o Geisel tira o Ednardo, ele começa a se livrar dos casos mais difíceis, né?” O general Ednardo D’Ávila, responsável pela operação *cercos e aniquilamento* cujo objetivo era aniquilar o Partido Comunista foi demitido pelo Presidente Geisel, depois da morte de Manoel Fiel.

Pouco tempo depois, conta, o coronel do Ministério da Justiça verificou seu processo. No presídio, começaram a pressioná-lo para que pedisse um novo relatório. No começo não acreditou que pudesse valer a pena, pois sabia que “a prisão não tem nada de legal era uma prisão política, uma prisão perpétua política não de direito, mas de fato, né?” Entretanto disseram que desta vez seria solto e sua família pediu o novo relatório. Em 20 dias o laudo estava pronto, foi mandado para o juizado de menores, o juiz corregedor civil se pronunciou como incompetente para julgar o caso e mandou para o juiz militar, “que era pra fazer exatamente, digamos assim, o juiz militar ia ser responsável pela minha soltura. Aí o juiz militar resolve me soltar. E aí essa cena aí eu acho que é o retrato da ditadura militar”. O juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, relata, foi o mesmo que havia mandado espancar o cabo Mariane debaixo da auditoria. Esse juiz, antes de soltar Ivan, disse que queria ter certeza de que Ivan não cumpriria suas ameaças de matar os torturadores de seu pai. Para Ivan, isso significou que o juiz, “o cara assumiu assim, com todas as letras que ele já sabia de tudo, entendeu? Que me haviam torturado, que não sei mais o quê”. Ele disse, então, que não tinha planos de vingança porque seria uma loucura combater sozinho o exército, que bastava “a morte das pessoas, a fome, a miséria e tudo o mais, os males que vocês criaram no país, então eu não

tenho plano de vingança’. E o juiz respondeu: “ah bom, então se é assim não tem problema”(riso), “parece brincadeira”.

Depois de muitos anos já em liberdade, Ivan, ao mexer nos arquivos do DOPs, encontrou uma foto sua com 16 anos e não se reconheceu, pois passou os seis anos que ficou na prisão sem ver seu rosto: “aí levei, tomei um susto, né? Garotão, lindão, garotão. Esse sou eu?” Disse que foi uma emoção muito estranha o reencontro com o seu rosto, significando para ele o reencontro com toda sua história: “o meu pedaço dessa, da [inaudível]. Durante esses seis anos vivi, eu não vivi como qualquer garoto, de jeito nenhum, né? E de repente eu tenho a minha cara aí, me trouxe toda a história, né? Imagina, ver a cara traz toda a história e tal, aí foi um, uma emoção dupla”.

Ivan não entra com processo por indenização porque, diferentemente dos familiares dos mortos e desaparecidos, ele participou diretamente da luta contra a ditadura: “internamente pra mim tem um negócio, eu tava brigando com eles, entendeu? Então eu vou pedir indenização pra eles ainda? Depois, o que, podem até tentar me convencer do contrário, mas eu ainda hoje acho o seguinte, eu tava brigando, entendeu? Agora eu vou pedir, porque eu apanhei do inimigo que eu enfrentei, pedir pra ele me indenizar? Eu acho muito complicado, entendeu? Acho que pros mortos não, os familiares dos mortos tem obrigação de pedir indenização, reparação, o cara tem que ir pra televisão pedir desculpas, tem tudo, entendeu? Eu acho que isso tem que ser feito. Agora pessoalmente, eu que era militante, que enfrentei e tudo, eu fica meio...”

### 4.3 JOCA GABROIS

João Carlos de Almeida Grabois é filho de André Grabois e neto de Maurício Grabois. Seu pai, seu avô e seu tio (Gilberto Olímpio Maria) foram mortos no Araguaia, no final de 1973. Foi criado pela mãe, Criméia Almeida, presa em São Paulo.

Joca conta que seus pais se conheceram no Araguaia e graceja: “aquele clima de guerrilha, etcetera”. Seu pai tinha entrado na militância muito jovem por influência das atividades políticas de seu avô. Sua mãe ficou grávida ali e foi para São Paulo ter o filho, “que era eu”. Em São Paulo, foi para a casa dos tios, Maria Amélia e César Teles (pais de Janaína e Edson Teles), mas estes tinham sido

presos, juntamente com Carlo Danielli, que morreu sob tortura. Seus tios, afirma, viram Danielli sendo torturado e morto. No dia seguinte, os militares foram à casa de seus tios e prenderam sua mãe, grávida, com seus dois primos (Janaína e Edson).

No início, sua mãe se passou por trabalhadora doméstica da família, que havia engravidado de um caminhoneiro, porque os militares estavam buscando sua mãe mas com a identidade e as digitais de uma amiga dela. Eles torturaram sua tia, para que dissesse onde estava sua irmã e ela estava ali.

Quando descobriram que ela era a Criméia, levaram-na para Brasília, onde foi torturada física e psicologicamente, dizendo que quando a criança nascesse, eles iam pegá-la. Neste contexto, nasceu o Joca: “é, nasci preso”. Permaneceu ali, um mês, no período da amamentação: “à parte que eu nasci com quatro quilos e saí de lá com dois quilos e meio, né?” Foi morar então, com familiares em Minas Gerais. Ele saiu em fevereiro e ela, “em abril, maio”. Foi buscá-lo em Minas e foi atrás dos primos dele que estavam com outros familiares. Então, voltou ao Rio de Janeiro, para a casa dos pais. Seus tios permaneciam presos porque estavam sob processo, enquanto sua mãe, como o Araguaia nunca foi reconhecido, não teve processo judicial.

Quanto a seu pai, foi morto sob circunstâncias desconhecidas até hoje, faz parte da lista de desaparecidos políticos. Há várias versões de sua morte. Uma das versões é a de que foi baleado, ficando paralítico, e levado para Brasília, onde foi torturado até a morte. Outra, que ele foi morto na região. Todas, afirma, têm em comum, que foi ferido em combate e morto sob tortura.

Não o conheceu, porque, explica, nessa época não havia contato entre a guerrilha e a cidade, pois o Comitê Central do Partido Comunista já estava em processo, grande parte da direção, no Araguaia e outra parte, desmantelada: “então ele, eu acredito, que ele nem ficou sabendo se eu era homem ou mulher, se eu nasci bem, se eu nasci mal. Esse vínculo assim a gente não tem, a gente não chegou a ter esse vínculo, né?”

Apesar de tudo, ele guarda boas e numerosas lembranças da infância. A parte da memória referente ao pai e do contexto político da época é contada por outras pessoas. Conta que antes mesmo de ele ir para o Araguaia, já estava sendo perseguido por causa de seu avô, que viveu duas ditaduras, a de Vargas e a militar.

Nem foto se tem dele, pois sua avó teve que queimar todas. Assim, chama de “fictícia” essa lembrança relacionada a seu pai, “não tinha uma imagem formada do rosto dele, entendeu? Não tinha lembrança do rosto dele, se tinha nariz de batata, ou se nariz empinado, ou se, esse tipo de coisa era só coisa contada mesmo porque ver mesmo, não. Aí com sete ou oito anos eu peguei uma foto dele com 16 anos, né? E não adianta muito, né?” (riso). “Aí mais pra frente, com 16 anos, eu arrumei uma foto dele com três anos de idade” (risos). “Aí depois foi aberto o arquivo do DOPS, né? Aí eu encontrei uma foto, foi encontrada uma foto, o pessoal encontrou uma foto do passaporte dele um pouco mais velho, com 23, 22 ou 23, né?” Só aí consegue formar uma imagem dele, pois antes “olhar pra foto de um garoto de três anos ou de 16 e imaginar que aquela pessoa é seu pai, né? Isso foi muito difícil, aí agora quando eu penso nele, eu consigo ver uma imagem na minha cabeça, até então eu não tinha, né? Imaginava um pai, eu imaginava assim, André Gregório só, né? Não imaginava o rosto de alguém, só em lenda, só em lenda”.

Ele diz tentar não pensar muito na questão do parentesco e prefere pensá-lo como alguém que tinha muita afinidade com ele e quer descobri-lo. Diz que nunca teve um pai e se corrige: “eu tive um pai, mas nunca tava presente, não tava lá, entendeu?”. Não sabe como seria ter um pai, mas imagina que seria bem diferente. Fora isso teve uma infância feliz e afirma que continua sendo feliz. Nunca se sentiu diferente como ainda não se sente, acha que a participação política deveria ser comum e ele não conseguia se considerar um ET, por causa disso. Não contava muito essa história por causa da repressão. Diz que se acostumou com esse fato, porque viveu sempre aqui no país, não foi para o exílio e acabou sendo capaz de se adaptar a essa realidade: “Isso não vai impedir de eu jogar bola, não vai impedir de nada, entendeu?” Mas o que o deixa “revoltado” é ouvir alguém falar que na época dos militares era melhor, por conta do “milagre econômico”. E acrescenta: “A gente está sabendo hoje quanto é que custa esse milagre econômico”. Mas em relação ao “lado afetivo”, a “levar a vida”, não teve problema.

Uma lembrança que narra é de um dia um amigo seu entrar em seu quarto e vê a bandeira vermelha e perguntou se era da União Soviética e ele responde que não, era do flamengo. Ele tinha mais ou menos oito anos, depois de um tempo, encontrou esse amigo que lhe perguntou: “mas ali não era a bandeira do flamengo, né?” E ele respondeu “não, não era a bandeira do flamengo, né?” (risos)

Dizer que os pais eram separados ou que não tinha um pai, era difícil quando criança “porque todo mundo era direitinho”. Sentiu mágoa ao sofrer preconceito na escola. Era difícil explicar que o pai havia sido morto na guerrilha, pois “quando se é criança, uma coisa que a gente não consegue, né? Porque ser tão diferente é uma coisa que às vezes incomoda, incomoda pra caramba assim, né? É presente, é difícil, né? Por isso não entrava em detalhes, não contava, mudava de assunto: “mesmo porque não valia a pena me aprofundar, não tinha necessidade”, e dizia para si: “não, eu tenho pai, eu sei quem é meu pai, etc, problema das pessoas, né?”.

Quando criança era difícil, primeiro porque tinha que falar o nome falso do pai. E ele sempre soube do nome verdadeiro, sua mãe sempre contou toda a história e disse que não contasse para ninguém, pois era o segredo deles. “Na carteira tava lá, pai, espacinho, espacinho, espacinho, né? E era difícil, você de repente explicar, entendeu? Como é que você vai falar do seu pai? Não tem como explicar. Então, ao mesmo tempo, te fica uma cobrança que você é um filho sem pai e você não pode explicar. Então isso aí foi um pouco difícil pra mim, essa parte, né? Mas a gente dá sempre uma contornada”. Guardar o segredo, diz, criou muita cumplicidade com sua mãe. Era levado por sua mãe às reuniões, o que para ele significa uma confiança por parte dela de que ele não ia contar para ninguém, que ele ia conseguir guardar segredo: “então eu guardei esse segredo, eu acho que fiz o meu papel, acho”.

Somente quando conseguiu o registro de seu pai, por um processo, o narrar essa história tornou-se mais fácil: “hoje eu tenho o nome do meu pai”. A importância do público em sua vida privada se faz notar: “aí uma forma oficial de ter pai é uma forma pra você também pra dizer pra você mesmo, “não, eu tenho pai, tá lá” é importante isso”. Então, com o tempo, diz, foi superando esses traumas e começou a achar importante falar sobre isso, mesmo quando percebeu que sempre é um constrangimento para quem ouve, “mas tem que falar, né? Faz parte da história do país, seja bom ou ruim, faz parte, né?”

Em relação à sua prima Janaína, a entrevistadora pergunta se há alguma cumplicidade entre os dois por passarem juntos as dificuldades desse período. Joca responde que eles viveram juntos quando os pais de Janaína estavam presos. Quando a mãe dela saiu da prisão, estava sem documentos, sem profissão e a mãe de Joca havia largado a faculdade. Por essa série de coisas, conta, eles foram morar

juntos na casa da mãe da Janaína. Quando o pai dela saiu, estava muito mal, era diabético, então eles moraram juntos por muito tempo, até pouco tempo, diz. Portanto, eles tinham muita cumplicidade: “todo mundo tava, fazia parte dessa história, né, tava todo mundo no mesmo barco”. A diferença que percebe com a Janaína é que, “por ser mais velha”, ela contava tudo; achava, “por uma análise dela” e por ter uma atuação política no movimento estudantil, que deveria contar. Para ele, naquela época, ao contrário, “não era interessante contar”. Isso os faz diferentes: “então a gente é diferente, né, são, apesar de ser a mesma época, éramos de idades diferentes, né, visões diferentes. Mas tinha uma cumplicidade, todo mundo tava junto ainda”.

Por outro lado, o fato de não falar sobre essa história, “uma vez que encenasse, essa é sua história, essa é sua vida, entendeu?”. Com isso, ele sempre conseguiu “se entrosar” com as outras crianças: “eu nunca me separei, nunca me subjuguiei ou não subjuguiei por ser o filho de um desaparecido político, por essa história, nunca”. Reafirma sua normalidade, apesar de ter “nóias” ou “uma série de outras coisas devido a isso”.

Percebe ser diferente a educação familiar que teve, por ter sido criado por pessoas de esquerda que atuavam politicamente e tinham “uma visão crítica, isso muda muito a visão de mundo, entendeu?” Assim, compreende ter outra visão de mundo, outros valores. Nega, no entanto, que essa visão de mundo e esses valores tenham interferido em sua vida. “Você tem outra visão de mundo, você tem outros valores, e só que isso continua não influenciando a tua vida”. Por isso, não atribui a esse fato o não se “dar bem” com algumas pessoas. Não era por diferença de visão política, mas por diferença de interesses, como “um gostava de jogar bola, outro gostava de jogar basquete”, porque na época da clandestinidade, ele era muito novo “não conseguia ver como um problema político na escola, entendeu?” Sabia que havia um governo ditatorial que “entrava na casa das pessoas e matava”. Diz que era muito simples seu raciocínio “os caras vão vir aqui, se eu contar essa história ou ficar sabe onde sei lá, qualquer coisa podem vir aqui e acabar com a minha família, entendeu, já acabaram com uma metade, acabam com a outra metade”(riso). Então, conta que não tinha uma visão de que se tratava de uma luta por uma igualdade social, percebia aquele período como uma guerra: “eu via como uma guerra,

peças querendo matar outras peças, acabar com uma idéia, entendeu, sufocar uma opinião”.

Hoje, percebe que, na época, em que a forma de resistir era sobreviver: “então, chegou a um ponto que era a sobrevivência, tinha peças que morriam e nem sabiam por que estavam morrendo, tinha peças que eram torturadas e nem sabiam por que estavam sendo torturadas, então a gente chegou num ponto que era sobreviver, entendeu? Era tá vivo, chegar no final das histórias vivo, né? E essa era a forma que eu via aquilo ali, entendeu? Era uma guerra, a gente estava perdendo essa guerra e não adiantava mais lutar, não que não adiantava mais, não, não tinha mais como você tentar derrubar aquele regime, entendeu? Você tinha que sobreviver, entendeu? E que aquele regime era insustentável, regime ditatorial é insustentável, entendeu, isso ia acabar e, quando isso acabasse, eu queria tá vivo, entendeu? Era isso”. O exemplo que dá é de sua mãe que, quando ainda estava presa, sem processo, pensava que ia morrer e escreveu um diário que colocou na fralda dele, pois achava que nunca mais iria vê-lo. Escreveu nesse diário que enquanto peças estavam morrendo ali, ela estava colocando no mundo uma vida e isso era uma forma de luta, “falou assim, tipo “nesses porões que eles tiram a vida, ela estava dando a vida”. E isso tinha uma importância muito grande para ela e , para ele também “acabou tendo, entendeu, porque tá vivo (riso).

Hoje diz que não é militante e se denomina anarquista, por não acreditar em partidos por suas intrigas, sectarismos, etc. Diz que sempre “teve o pé atrás” com partidos, ao contrário de seus primos que começaram a militar muito novos. Diz que sempre militou, mas nunca em partidos, ia em passeatas, nas Diretas, etc. Critica o PC do B que “nunca procurou nada com relação aos guerrilheiros, entendeu? Afinal de contas ali estava, só tinha gente do PC do B naquela guerrilha, aquela era uma guerrilha única pro PC do B, entendeu?, e você não vê. Hoje você vê o seguinte, época de eleição eles fazem alguma coisa. (...) Quando teve esse projeto de lei, quando foi pro Congresso, você não via ninguém falando nada, você não vê eles lutando por nada, você nunca viu eles lutando, nunca quiseram resgatar a história do partido deles”. Conta da mágoa da sua avó, ex-militante do PC do B pelo “descaso que eles tiveram dos companheiros”.

Considera que o importante é buscar uma cidadania com igualdade social: “eu acredito numa igualdade social, entendeu? Acho que todas as peças têm

capacidade. Acho que um país, entendeu, onde você valorize todos os indivíduos, uma sociedade que dê valor à vida, que dê valor ao desenvolvimento da vida, entendeu, eu acho que é uma sociedade que tende a crescer, é uma sociedade que tende a passar, a quebrar a barreira, a sair da terra, entendeu, fazer o diabo, entendeu, fazer muita coisa”. Vê o ser humano muito capaz e o partido limita essa capacidade, pois sectariza a luta e não tem um objetivo comum: “quem é o inimigo? Qual é o objetivo? O que é que você tá fazendo aqui?” Por isso pensa que é mais importante “fazer o seu trabalho, o objetivo é você discutir na sua escola com seu amigo, entendeu, ao invés de você ficar fazendo reuniões e reuniões trancado com direção e não sei o que não, vai lá senta na sua carteira de estudo e conversa com seus amigos, entendeu, que vai ter um resultado muito maior, mais centrado, né? Muito mais democrático, não sei, vai ser bom pra todo mundo”. A entrevistadora, Marta Nehring, afirma que pensa isso também e que seria uma herança dos pais. Joca concorda: “a gente aprendeu com eles”. Sua militância, portanto, é conversar com as pessoas, quando estava na escola, na universidade, etc, e isso é “uma necessidade de resgatar, de passar, é uma forma de você passar a sua história e ao mesmo tempo resgatar a sua história”.

Sobre esta entrevista diz que é também uma forma de terapia: “aí é uma coisa engraçada que é um assunto delicado, é uma forma de você fazer falar, é uma terapia. Você vem aqui, de repente você pára na frente da câmera e começa a falar, falar, falar, falar, quando você vai ver, você já descarregou tudo”.

Marta Nehring comenta que eles, como filhos dos que lutaram contra a ditadura, são privilegiados em relação aos filhos dos torturadores e dá um exemplo de uma filha de um torturador que se suicidou, há pouco tempo atrás. Ao contrário, eles, filhos dos militantes contra a ditadura, têm memórias agradáveis sobre seus pais e muito orgulho, diz. Joca responde que tem curiosidade de encontrar um familiar de um soldado que lutou contra a guerrilha e saber que histórias ele contou. O que “passa na cabeça” de uma mãe de um soldado desses: “que o filho dele morreu como herói, defendendo a pátria contra os terríveis comunistas entendeu?, o que passa pela cabeça dessa mulher? Será que ela tem alguma mágoa do Estado? Será que ela conseguiu enxergar que o filho dela tava defendendo um Estado autoritário?” Pois tais visões são uma forma de legitimar a ditadura, assim como a anistia: “como você pode tomar o poder, você pode matar, você pode massacrar e

depois você dizer 'eu anistiei todos os meus crimes?' E como o Congresso aceita isso? Como a população aceita isso, entendeu? Como o familiar de um soldado, entendeu?, aceita isso? Porque essa pessoa não vem a público e fala? Não chega e expõe, nem que seja uma raiva com relação aos guerrilheiros, entendeu, você não vê nada".

## 05. CONCLUSÃO

A história de vida desses filhos e filhas de ex-presos, mortos e desaparecidos políticos, trazem novos aportes à questão da transmissibilidade de experiências traumáticas tanto para estes individualmente quanto para a sociedade.

As lembranças de Janaína têm como fio condutor o presente que busca no passado uma compreensão que a ajude na elaboração dos traumas infligidos pela repressão militar. As mudanças na esfera pública são fundamentais a essa compreensão. A necessidade em resgatar esse passado a tornou militante, tanto por questões pessoais quanto políticas, questões que nunca tiveram para ela um limite muito claro que as separasse. Sua idéia de vingança está ligada tanto à punição dos responsáveis por ela ter sofrido sem ter participação direta na resistência ao regime, quanto ao falar sobre isso, buscar os corpos, ler os arquivos, escrever, transmitir suas memórias: ser testemunha. A elaboração dessa dor passa tanto pela via jurídica quanto pela possibilidade de perceber que há outras pessoas que sentem o mesmo, que ela é “normal”. Ainda que normal seja “uma palavra feia”.

Se por um lado, a memória e sentimentos compartilhados são muito importantes para compreender o passado, suas memórias e sentimentos individuais são necessários na reconstrução histórica. Diz ter poucas lembranças, mas muito a falar sobre elas. Estas são as circunstâncias de sua prisão com cinco anos, a visão de seus pais desfigurados pelas torturas, o lugar da gráfica em casa que seu pai guardava a chave, os maus tratos da família que a “adotou” depois que seus pais foram presos e, antes, em contraposição, sua rotina familiar de acordar cedo, preparar o café, tomar banho juntos. Enfatiza a necessidade de manter intacta essa memória, que seja própria, que não se modifique com o passar do tempo. Os fatos de que teve conhecimento só depois, pois seus pais, para protegê-la, ocultavam “500 mil coisas”, são mais fugazes; esquecidos, com frequência levam a novas indagações. Sua identidade vai sendo construída em relação a sua mãe, num movimento de aproximação e distanciamento. Por isso a sua preocupação em ter uma memória que seja sua, um ódio, um choro, que sejam seus.

Ao contrário de Janaína, Ivan Seixas parece não se incomodar com a forte influência paterna. A construção de sua subjetividade passa primeiramente pela

tentativa, não frustrada, de aceitação, por parte do pai, de sua militância. Inclusive sente que a única alternativa para ele era a militância de tão rodeado que estava na infância por objetos e pessoas relacionados às atividades políticas do pai. A história reconstruída de sua vida é feita através dos fatos vividos relacionados a essas atividades. É um relato da presença, cujo eixo são fatos. Outra diferença com a narrativa de Janaína é que a do Ivan está concentrada no passado e não no presente.

Por ter participado ativamente na luta contra a ditadura, diz que não faz sentido, para ele, exigir reparação, por se tratar de uma guerra e ele, um dos adversários. Uma ação de reparação contra o Estado, feita por ele e para si, retiraria seu papel de opositor ativo, guerrilheiro. Isso não quer dizer que não deseja a apuração dos crimes. Atualmente, seu trabalho como jornalista contribui muito na apuração dos crimes da ditadura. Coordenou, por exemplo, o primeiro Congresso de ex-presos e perseguidos políticos de São Paulo. O mais importante, para ele, é a não negação dos fatos, das torturas, das mortes e de seus responsáveis.

Uma visão de resistência muito distinta à de Ivan é a de Joca Gabrois para quem seu nascimento na prisão significou para sua mãe, e isso lhe foi transmitido, um ato de resistência. Resistir, nos anos mais duros da repressão, passou a ser sobreviver. Guardar segredo sobre a atividade política da mãe, do nome verdadeiro de seu pai, etc, era necessário para sobreviver. Por ter sido capaz de guardar, criou uma cumplicidade muito grande com sua mãe.

Em relação ao seu pai não chegou a conhecê-lo. Foi morto, desaparecido, no Araguaia em circunstâncias ainda não esclarecidas. Não tinha, quando criança, nem o nome do pai em seu registro de nascimento. E isso foi motivo de muita mágoa, pois não podia explicar na escola, por exemplo, o por que disso. Mesmo afirmando para si que sabia que seu pai tinha sido assassinado, era difícil tratar desse assunto com outras pessoas, por se sentir diferente, pois os pais das outras crianças eram “certinhos”. O fato de ter conseguido um registro de seu pai foi muito importante para a elaboração desta perda e a possibilidade de narrá-la.

O que se repete nos seus relatos parece ser a tentativa de mostrar que o passado não o tornou “anormal” nem durante sua infância nem hoje. Nem mesmo sua educação que ressalta ter sido diferente e os valores advindos dela não o influenciaram. Tudo aparenta normalidade, salvo algumas alusões à mágoa de não

poder falar sobre o pai na escola ou a dificuldade de construir uma imagem deste ou a algumas 'nóias' ou uma série de outras coisas devido a isso". A passagem em que diz "uma vez que encenasse, essa é sua história, essa é sua vida" parece ser uma chave para compreendermos sua insistência na normalidade como uma forma de conseguir lidar com o clima de exceção característico do período.

No presente, sua militância consiste em falar em círculos sociais próximos, em contraste com a sua prima Janaína, que foi do PC do B e militou no movimento estudantil. Afirma uma necessidade para o país que se fale sobre o que aconteceu na repressão, mesmo que sejam narrativas difíceis tanto de se contar quanto de se ouvir.

Podemos perceber que as identificações sociais ou a construção de uma subjetividade que possibilita a transmissibilidade das histórias traumáticas do passado não pressupõe condições de existências homogêneas, como é visto nos relatos dos três depoentes cujas trajetórias de vida são muito distintas: a construção de militante nos relatos de Ivan, a tentativa de Janaína de legitimar sua trajetória própria e a negação reiterada de Joca de que sua história tenha interferido na sua inclusão social.

Entretanto, em contraposição à tentativa de ocultamento do passado tais narrativas desvelam como foi sendo construída a política do esquecimento dentro ainda do regime militar. Joca, por exemplo, relata a prisão sem processo de sua mãe já que a guerrilha do Araguaia nunca foi reconhecida pelos militares. Ivan observa os fatos que levam a concluir que o juizado de menores que julgou o seu caso sabia das torturas ou ainda relata o pedido do diretor do presídio para Ivan negar o que ocorreu, a lista de presença no presídio em que seu nome não constava, etc.

E, em um longo processo de subjetivação, permeada tanto por singularidades de suas histórias de vida, quanto pelas identidades que vão sendo criadas na esfera pública os três acentuam a necessidade imperativa de resgatar esse passado. Janaína, por exemplo, ao chorar em público, questiona a quem interessa se ela sentiu ódio ou não, seu medo de "ser chata, de enlouquecer" são indícios da dificuldade em tratar publicamente sentimentos privados. A possibilidade de identificação com outros filhos de vítimas da repressão facilita a elaboração desses traumas e de compreender melhor a ditadura: "tortura é para sempre". Joca só se achou capaz de falar de seu pai quando obteve o registro na certidão de

nascimento. A superação do trauma ou, se não superação, ao menos o começo de um processo de elaboração deste, parece ser marcada na sua vida pela possibilidade de corporificar esse pai, ao menos em sua certidão de nascimento. A partir daí, a narração desse passado torna-se mais fácil.

A medida em que as pessoas vão se dispondo a falar de questões difíceis de falar e de escutar, porque tocam os limites do humano, constituem um lugar de onde é possível a transmissão dessas experiências de vida. Cria-se então um dever, uma obrigação, tanto em termos de denúncia quanto em termos de cobrança de atitudes dos responsáveis pelos crimes. Assim, é curioso notar o uso de expressões imperativas: “*tem que contar*” (Joca); “acho que pra os mortos não, os familiares dos mortos *têm obrigação de* pedir indenização, reparação, o cara *tem que* ir pra televisão pedir desculpas, tem tudo, entendeu? Eu acho que isso *tem que ser feito*” (Ivan Seixas).

A pluralidade das memórias desses três “depoentes”, em contraposição à memória coletiva (hegemônica) que homogeneiza a história sobre suas próprias condições de existência, permite perceber a importância de uma esfera pública em que os vários fragmentos de narrativas possam contribuir para a desconstrução do consenso forjado pela Anistia.

A transição negociada caracterizada pela *memória do consenso*, tal como a denomina Edson Teles, foi construída pela idéia de que a nossa frágil democracia estaria em perigo se os conflitos entre a *memória dos militares* e a *memória das vítimas* não fossem reconciliados. Assim, a divisão ente duas memórias homogêneas, embora em lados opostos, equivaleria a pensar que:

[...] se a memória dos militares tenderia a uma política do esquecimento, a das vítimas, em oposição, indicaria a política da memória total. Já a memória do consenso, ao se alinhar com uma política do silêncio, ganhou projeção no Brasil ao perpassar pelas outras duas memórias, estas em choque direto, ora se apropriando de uma, ora do discurso da outra. Contudo, uma pluralidade de memórias existe além desta simples classificação dos discursos hegemônicos. Há, por exemplo, entre as vítimas os que querem esquecer totalmente, a maioria talvez, e os que não podem evitar tratar do assunto. Entre os militares há os que reconhecem certos crimes, mas não fariam nada para prejudicar a Instituição Forças Armadas (TELES, 2007, p.22)

Num contexto em que os militares de alta patente estão na mídia negando e desletigimando os relatos daqueles que testemunharam o terror implantado em seu regime, é de grande importância uma rede alternativa de informação, composta por movimentos como o *Tortura Nunca Mais* e a *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos*, entre outros. Torna-se cada vez mais difícil guardar esses segredos quando até mesmo ex-militares narram as torturas que presenciaram no Araguaia. A memória nacional começa a ser desconstruída em sua aparência de unidade quando diferentes vozes entram em cena.

## 6. REFERÊNCIAS

ABI. Associação Brasileira de Imprensa. Primeira Página. *Livro-reportagem leva jornalista a desvendar a morte da primeira vítima da repressão na ditadura militar*. 26/6/2004. <[www.abi.org.br/printprimeirapagina.asp](http://www.abi.org.br/printprimeirapagina.asp)>

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002

AGUIAR, Odílio A. “Pensamento e narração em Hannah Arendt”. In: MORAES, Eduardo J. e BIGNOTTO, Newton (orgs). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões e memórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2001

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2 ed. S Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. *Homens em tempos sombrios*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1987

\_\_\_\_\_. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993

\_\_\_\_\_. *Responsabilidade e julgamento*. S Paulo: Companhia das Letras, 2004

\_\_\_\_\_. “Los Hombres y el Terror”, in: *Ensayos de Comprensión: 1930-1954*. Madrid: Caparrós Editora, 2005a.

\_\_\_\_\_. “De la naturaleza del socialismo. Ensayo de comprensión”, in: *Ensayos de comprensión: 1930-1954*. Madrid: Caparrós Editora, 2005b.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e Técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura*. S Paulo: Brasiliense, v.1, 1994.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

CARDOSO, Irene. “A dimensão trágica de 68”. *Teoria & Debate* 22, 3º trimestre de 1993, p 59-64

\_\_\_\_\_. “Narrativa e história”. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo: 12(2):3-13, novembro de 2000

\_\_\_\_\_. *Para uma crítica do presente*. São Paulo, USP: Ed 34, 2001

CATELA, Ludmila da Silva. Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal. In: LIMA, Roberto Kant de; NOVAES, Regina Reis (orgs.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: Eduff, 2001. p 203-266

COIMBRA, Cecília Bouças. *Qual anistia?*, 28 ago. 2004. Disponível em: <[www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp)>. Acesso em: 14/12/2004.

CORREIO BRAZILIENSE. Eu, Jornalista – 19/10/2004. *Correio Braziliense traz à tona momentos de agonia de Herzog no Doi-Codi*. [www.masterjornalismo.org.br/secao/eu/texto](http://www.masterjornalismo.org.br/secao/eu/texto). Acesso em: 14/12/2004.

CORREIO BRAZILIENSE. *A verdade sob censura*. Segunda, 25 Out, 2004.

CUT BAHIA. *Queima de Arquivos na Base Aérea de Salvador*. 14/12/2004 [www.cutbahia.org.br/texto](http://www.cutbahia.org.br/texto). Acesso em 14/12/2004.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura. Política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

HAROCHE, Claudine. “Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos”. In: STELLA Bresciani e MÁRCIA Naxara(orgs). *Memória e ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. S Paulo: Perspectiva, 1994

\_\_\_\_\_. *Memória, história, testemunho*. SBPC n 52 março 2004. Disponível em: <[www.comciencia.br/reportagens/memoria/09.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/09.shtml)>. Acesso em: 10/01/2005

\_\_\_\_\_. “Reconciliação: apagar ou elaborar?” *UOL, trópico* 31 dez. 2006. Disponível em: <[p.php.uol.co.br/tropico/html/textos/2817,1.shl](http://p.php.uol.co.br/tropico/html/textos/2817,1.shl)>. Acesso em: 19/01/2008

GOMES, Ângela de Castro. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, 2004. CPDOC/FGV. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/391.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/391.pdf).

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ (GTNM/RJ). *Histórico e Objetivos*. Disponível em: <[www.torturanuncamais-rj.org.br/sa/Historico.asp](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/sa/Historico.asp)>. Acesso em: 20/01/2008

IZAGUIRRE, Inés (org) *Proyecto El Genocidio en la Argentina. La participación de la sociedad civil*. Instituto Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. In: MANEIRO, María. *Cómo el árbol talado. Memorias del genocidio en La Plata, Berisso y Ensenada*. Buenos Aires: Al Margen, 2004

LAGO, Rudolfo. “A caixa preta da história”. *Correio Braziliense*, 29 nov. 2004. Disponível em: [www.responsabilidadesocial.com/artigos.asp](http://www.responsabilidadesocial.com/artigos.asp) Reeditado em 19 nov 2007. Edição: 46. Ano: 4 ISSN: 1677-4949.

LYOTARD, Jean-François. *Heidegger e os “judeus”*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

MANEIRO, María. *Cómo el árbol talado. Memorias del genocidio en La Plata, Berisso y Ensenada*. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2004

MONTENEGRO, Antonio Torres. Introdução. In: FARIA, Regina Helena Martins de. *Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias*. S Luis: UFMA; Brasília: CNPq, 2005.

MORAES, Eduardo J. e BIGNOTTO, Newton (orgs). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões e memórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MUÑOZ, Cristina Sánchez. *Hannah Arendt. El espacio de la política*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2003

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problematique des lieux. In: NORA, Pierre (org.). *Les lieux de la mémoire, La République*. Paris: Gallimard, 1984.vol.1

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2,n.3,1989,p3-15. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/53.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/53.pdf) Acesso em 02/jan.2008.

REIS Filho, Daniel Aarão.“Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil”, La insignia, março, 2001, [www.lainsignia.org/2001/marzo/dial\\_001.htm](http://www.lainsignia.org/2001/marzo/dial_001.htm). >Acesso em: 02 jan.2008

\_\_\_\_\_. “Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória” In: *O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*.Bauru, S Paulo: Educc,2004.

ROVAI, Mauro Luiz. *Lindonéia (ou as trilhas da memória em dois curtas metragens)* CIES e-Working nº 11/2006. disponível em <[www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP11.pdf](http://www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP11.pdf)>. Acesso em: 20/01/2008

SPINA, Rose. “Filhos da resistência”. *Revista Teoria e debate*. Revista trimestral da Fundação Perseu Abramo. Ano 10. N 33 (nov/dez96/jan97). Disponível em: [www.fpabramo.org.br/td/td33/td33-memoria](http://www.fpabramo.org.br/td/td33/td33-memoria). Acesso em: 22/11/2004

TELES, Edson Luis Almeida. “Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos”. *Revista Urutágua*. Ano I. N 03. dez/2001. Disponível em: <[www.uem.br/urutagua/03teles.htm](http://www.uem.br/urutagua/03teles.htm)>. Acesso em: 15.10.2004.

\_\_\_\_\_. *Cine-bionarrativa: esquecimento e memória política*. sd Disponível em: <[www.fflch.usp.br/df/geral3/edson2.html](http://www.fflch.usp.br/df/geral3/edson2.html)> Acesso em 14/12/2004.

\_\_\_\_\_. *Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária*. Tese de Doutorado. S Paulo; USP, 2007

TELES, Janaína. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* S Paulo: Humanitas, 2000.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. In: *História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n 5, junho de 2002. p. 9-28.

ZERO HORA.*Saque aos Arquivos de 64*. Vândalos atacam casa que abriga documentos do ex-ministro da Educação Tarso Dutra em Eldorado do Sul. <[www.fab.mil.br/Publicacao/enotimp-cap.htm](http://www.fab.mil.br/Publicacao/enotimp-cap.htm)> Acesso em: 17/12/04

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. Entrevista com o Coronel Ustra - 1ª parte. 7 jun. 2006. Entrevistador: Félix Maier. *MídiaSemMáscara*, 31 jan. 2008. <[www.midiasesmascara.com.br/artigo.php?sid=4953](http://www.midiasesmascara.com.br/artigo.php?sid=4953)>. Acesso em 31 jan 2008.

## ENTREVISTAS

Entrevistas registradas para o vídeo documentário *15 Filhos* (em fitas). Transcritas para a autora em junho de 2006.

## VÍDEO DOCUMENTÁRIO:

*15 Filhos*. Direção: Maria Oliveira, Marta Nehring. S Paulo:1996. 20 min. Disponível em: <[www.curtagora.com.filme](http://www.curtagora.com.filme)>. Acesso em: 24/11/2004

Consulta contínua:

Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. <[www.desaparecidospoliticos](http://www.desaparecidospoliticos)>

*Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (CEPE-Companhia Editora de Pernambuco. Governo do Estado de Pernambuco, Recife,1995). Disponível em: <[www.torturanuncamais.org.br/histórico/Movimento Tortura Nunca Mais. Pernambuco/mortos e desaparecidos](http://www.torturanuncamais.org.br/histórico/Movimento_Tortura_Nunca_Mais_Pernambuco/mortos_e_desaparecidos)>.